

ATA N.º 2/2019

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Aos 15 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove no auditório do Teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.-----

Estiveram presentes os cinquenta e um membros que a compõem.-----

Foram substituídos os seguintes membros: Cristina Manuela Oliveira Coelho, substituída por Daniela de Sousa; Gastão Manuel de Oliveira Neves substituído por Beatriz Vaz Proença; Helena Cristina da Fonseca Brites substituída por Luís Manuel Marques Bernardino; José Carlos Matias Filipe substituído por Leonel Pereira Gil Duarte; José Manuel da Cunha substituído pelo secretário António Simões; Laura Maria Santos de Sousa Esperança substituída por Domingos Carvalho; Pedro Ricardo Soares Pimenta substituído por Daniel Marques; Teófilo Agostinho Martins Araújo dos Santos substituído por Fábio Micael da Costa Bernardino.-----

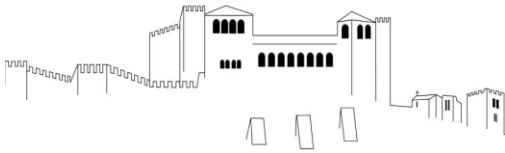
Pela Câmara Municipal estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal Raul Castro, os senhores vereadores e senhoras vereadoras, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Anabela Fernandes Graça, Ana Maria Fernandes Esperança, Ricardo Miguel Faustino dos Santos, Ana Margarida Félix Valentim, Rita Alves da Costa Azevedo Coutinho, Carlos Jorge Pedro Simões Palheira, Fernando José da Costa, Álvaro Madureira e Ana Silveira.--A sessão foi presidida pelo senhor António José de Almeida Sequeira, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada por José da Silva Alves, 1.º secretário, e por Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª secretária da Mesa. -----

Havendo "quórum" foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21h09 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:-----

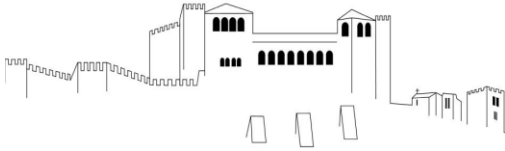
1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

2. Orçamento participativo 2019/2020 – Proposta de alteração da carta de princípios e normas de participação – Apreciação, discussão e votação;-----

3. Declarações de carácter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 22-2015, de 17 de março – CML - Para conhecimento da Assembleia Municipal;-----

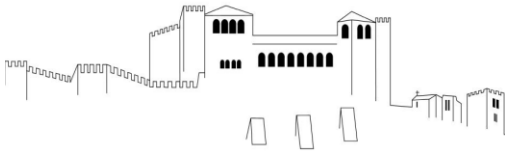


- 4. Declarações de carácter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 22-2015, de 17 de março – SMAS** - Para conhecimento da Assembleia Municipal;-----
- 5. 1ª Revisão ao Orçamento 2019 e às Grandes Opções do Plano 2019-2022 – SMAS-** Apreciação, discussão e votação;-----
- 6. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos-** Apreciação, discussão e votação;-----
- 7. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais 2018 – Listagem de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento** - Apreciação, discussão e votação:-----
- 8. IV Modificação ao Orçamento Municipal de 2019 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita -1.ª Revisão Orçamento da Despesa** - Apreciação, discussão e votação;--
- 9. Abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares de 1.º grau** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 10. Procedimento concursal de cargos de direção intermédia de 2.º grau - 7 chefes de divisão** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 11. Procedimento concursal de recrutamento e seleção para cargo de direção intermédia de 1.º grau** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 12. Espaços Culturais**-----
- 12.1. Entradas livres aos domingos nos espaços culturais do Município** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 12.2. Entradas gratuitas no Moinho do Papel, mimo, Museu de Leiria e Castelo – dias 24 e 31 de Dezembro** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 12.3. Entrada livre nos espaços culturais do Município em datas comemorativas 2019** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 12.4. Vouchers Museus de Leiria para 2019** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 13. Ciclo de Conversas – Diálogos com a Música, no Moinho do Papel – Candidatura Rede Cidades Criativas UNESCO** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 14. Proposta de criação do Conselho Municipal de Desporto de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 15. Apoio à Freguesia de Caranguejeira para a manutenção do relvado do Campo da Mata** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 16. Apoio às Freguesias – Cemitérios** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 17. Contratos de comodato a celebrar entre o Município de Leiria e as Freguesias do concelho de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;-----
- 18. Atribuição de apoios financeiros no âmbito da proteção civil - Contratos de desenvolvimento – Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa** - Apreciação, discussão e votação;-----



19. Retificação ao Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação;-----

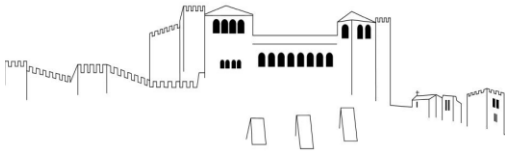
O Presidente da Assembleia Municipal – António José de Almeida Sequeira, cumprimentou os presentes e deu início à sessão, pelas vinte e uma horas e doze minutos. Informou que na ausência temporária do senhor Presidente da Câmara, o senhor vice-presidente Gonçalo Lopes ia tomar o seu lugar. Comunicou que iam ter de novo a tradução em Língua Gestual Portuguesa de uma parte da sessão, em particular tudo o que fossem intervenções de munícipes, presidentes de junta, sobre assuntos referentes às suas juntas, moções, o período antes da ordem do dia e concluíam a sua participação naquela sessão. Lembrou de novo, que pelo facto da data da sessão de 18 de abril coincidir com a Quinta-Feira Santa, foi antecipada para 15 de abril, informação que já tinha sido comunicada por correio eletrónico e colocada no site da Câmara Municipal. Na eventualidade de a sessão não poder ser cumprida dentro do horário habitual, continuaria como reunião ou sessão extraordinária no dia 22 de abril. Informou que os pontos ordem de trabalhos, números 10 e 18 seriam retirados, os números, 6 e 7 ao contrário do que o edital dizia de início, não careciam de votação eram só para conhecimento da Assembleia. O ponto número 5 tinha uma pequena imprecisão, faltava dizer que a Revisão do Orçamento era a 1ª. Em relação às faltas e pedidos de substituição naquela sessão, Laura Maria Santos de Sousa Esperança era substituída por Domingos Carvalho, que informou naquele momento, que também iria faltar por doença e não houve tempo para fazer a sua substituição; O deputado Teófilo Agostinho Martins dos Santos era substituído por Fábio Miguel Costa, Bernardino; O Presidente da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes José Manuel da Cunha era substituído pelo seu secretário António Simões; a Presidente da Freguesia do Arrabal Helena Cristina da Fonseca Brites era substituída pelo secretário Luís Manuel Marques Bernardino; o Presidente da UF Parceiros e Azóia José Carlos Matias Filipe era substituído pelo seu secretário Leonel Pereira Gil Duarte; o deputado Pedro Ricardo Soares Pimenta era substituído pelo deputado Daniel Marques; o deputado Gastão Manuel de Oliveira Neves era substituído pela deputada Beatriz Proença Vaz. Avisou também da renúncia do mandato por motivos de carácter profissional, da deputada do PAN, Cristina Manuela Oliveira Coelho que foi substituída pela deputada Daniela de Sousa e que passava à efectividade, até ao fim do mandato. Em representação da Assembleia Municipal esteve presente: Assembleias dos Jovens e dos Pequenos Deputados, organizadas pelo Pelouro da Educação, na primeira através do Presidente e na segunda pelo primeiro secretário da mesa Dr. José Alves, no jantar de homenagem a Jorge Santos ex-presidente da Nerlei, II Gala da Misericórdia de Leiria, na assinatura do contrato de concessão do Convento dos Capuchos, no Concerto Solidário – Associação Humanitária Resgatar Sorrisos,



representada pela Dra. Célia Afra, 2ª secretária da mesa. Continuou e disse que tinham recebido a inscrição de três municípios para intervir, o senhor Pedro Jorge Domingos Bastos, a senhora Susana Maria Carreira Lopes Monteiro, o senhor Américo Coelho e foram informados que dispunham de 5 minutos para intervir. Chamou o primeiro município que não estava presente. Chamou a munícipe Susana Maria Carreira Lopes Monteiro, para falar de uma movimentação de terras na área do Picheleiro- UF Marrazes e Barosa-----

Intervenção da munícipe Susana Maria Carreira Lopes Monteiro-----

Cumprimentou os presentes. Estava ali em representação dos moradores do Picheleiro, para expressar as inquietações e questões relativas a um grande aterro que ocorria a pouca distância daquele lugar num terreno, situado à saída da A8 no sentido Marinha Grande, junto à portagem e sinalizado com uma placa da empresa Lusiaves. O aterro englobava uma área de cerca de, setenta mil metros quadrados numa zona florestal, de acentuado relevo, embora aquele sítio concreto fosse considerado reserva ecológica, por ser uma cabeceira de linha de água. Tudo levava a crer, que estava a ser feito de forma clandestina, por não ter qualquer placa de licenciamento. Questionou a Câmara se tinha conhecimento daquela grande movimentação de terras, se estava licenciada a obra, se não tivesse deveria obrigar a empresa a repor o relevo original como previa a lei e a que se destinava aquele terreno. Informou, que já eram visíveis plataformas apropriadas para a implantação de edifícios. A população investigou e souberam que o aterro destinava-se à implantação de um grande aviário e de um grande matador de frangos. Na sequência dos contactos feitos com várias entidades, obtiveram uma resposta da empresa Meigal-Construção e Administração Terrenos, SA, onde afirmavam que não existia intenção de construir no referido terreno, qualquer matadouro ou pavilhão para fins industriais. Questionou se existia algum pedido de licenciamento bem como um estudo de impacto ambiental na Câmara, para um aviário, ou matador naquela região, ou pedido de licenciamento, para outro projeto naquele terreno. Sabiam que um projeto semelhante da empresa Lusiaves na zona de Mira tinha sido chumbado pelo Ministério do Ambiente, o que demonstrava o perigo ambiental que representava. As preocupações deles eram ambientais, a produção diária de milhares de frangos, causava elevadas quantidades de excrementos carregados de hormonas, antibióticos, pesticidas e outros produtos nocivos que acabavam no solo. O matadouro que existia daquela empresa, matava oito mil e quinhentos frangos por hora, não sabiam qual era a previsão para aquele matadouro, mas não seria menor, estaria a Valorlis preparada para tratar aquele tipo de lixo, diariamente. Seria aprovado pelo Ministério do Ambiente, mais aquela sobrecarga, todo aquele lixo iria para o solo, para o ar e para a água, porque não havia outro sítio para onde ir. Existia algum estudo de impacto ambiental, causado pelas

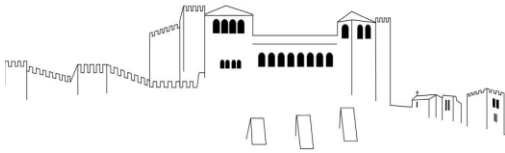


dezenas de camiões diários que iriam circular numa zona restrita, por onde iriam circular todos aqueles camiões. Não se iriam resignar a mais uma agressão ao bem-estar e saúde daquela população, e iam tentar por todos os meios impedir aquele atentado, não era uma questão local. Há uns anos Leiria tinha ficado sem água e centenas de pessoas socorreram-se da água do Picheleiro. A água que abastecia Leiria era captada na Barosa, a cerca de um quilómetro, do local da obra. Os lençóis freáticos tinham grandes áreas e comunicações entre si. Uma comunicação em larga escala seria um problema grave, com consequências para a saúde pública, custos elevados para a população e que o Município teria que resolver. Não podiam ignorar que os impactos ambientais no ar que respirávamos, na terra que nos alimentava, não era restrito, estava tudo ligado. Lançou um convite para que visitassem um matador de frangos e sentissem o impacto energético, para verem as condições em que eram criados e que depois iam parar às nossas mesas. Agradeceu.-----

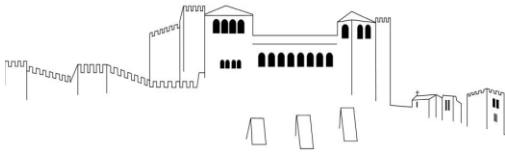
O senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou o munícipe Américo Coelho.-----

Intervenção do munícipe Américo Coelho -----

Cumprimentou os presentes. Enquanto Freguesia que foi durante mais de cinquenta anos, a população de Ortigosa, Riba-de-Aves e Lameira e Monte Agudo, perante os problemas que lhe iam surgindo no dia-a-dia, tiveram a capacidade de tornar aqueles desafios em oportunidades. Foi com aquele espírito de luta perante as adversidades que conseguiram ser uma das Freguesias de referência do Concelho de Leiria, que muito os orgulha. Tudo o que tinha sido escrito na comunicação social sobre a Freguesia da Ortigosa, foi sempre no sentido de elogiar ou apontar como exemplo as iniciativas e as obras da população da Freguesia. As intervenções feitas naquela digníssima Assembleia ao longo de décadas foram sempre na defesa dos interesses da Freguesia como um todo, ou na defesa do Concelho. A sua intervenção naquela Assembleia era em memória desse passado, para dizer que bastava e que não se reviam nos acontecimentos, dos últimos tempos, na União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa. A população da Freguesia da Ortigosa e acreditava, que a esmagadora maioria da população da Freguesia do Souto da Carpalhosa estava habituada a gastar suas energias, a construir e não a destruir e a dividir. Estavam fartos de ver títulos de jornais com manifestações na sede da Junta, com demissões de elementos da Junta Freguesia, com a demissão do Presidente da Assembleia da Freguesia, de Assembleias de Freguesia que em vez de discutirem os assuntos relevantes para o futuro da União de Freguesias, tinham sido um lavar de roupa suja, que os envergonhava a todos. Depois daqueles vergonhosos acontecimentos ocorridos no interior da União de freguesias, alguns não satisfeitos com os estragos já causados à reputação da mesma e das suas gentes, decidiram ainda descer mais baixo, ao trazerem um assunto que é da exclusiva responsabilidade da



União de Freguesias e da sua população para a Assembleia Municipal. Assim passaram daquela forma, a mensagem que eram todos uma cambada de índios incompetentes, que não conseguiam resolver as suas divergências e tomar decisões dentro de portas. Estavam fartos e tinha chegado o momento de dizer basta, a todos aqueles que ainda não tinham percebido que a Freguesia do Souto da Carpalhosa tinha acabado, e que, naquele momento, as decisões tinham impreterivelmente que ser tomadas, tendo em consideração os interesses da população da União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa. Foram obrigados a fazer parte daquela União de Freguesias, mas nunca os iriam conseguir obrigar a ser submissos ao Souto. Durante mais de cinquenta anos, em que a Ortigosa tinha sido Freguesia, em que eram independentes do Souto da Carpalhosa, criaram dinâmicas empreendedoras, associativas e comunitárias que muito os orgulhava e isso motivava-os a lutar, para voltarem a ser Freguesia e enfrentar aqueles que os ignoravam, que olhavam apenas para o seu umbigo, em detrimento dos interesses da população da União de Freguesias. Numa das primeiras sessões da Junta de Freguesia após União de Freguesias foram adjudicadas as refeições das escolas, a uma instituição de fora da União de Freguesias em detrimento da SAMVIPAZ, uma instituição da Ortigosa. Tomaram a decisão também de transferir a data da ORTIFAE - Feira de Atividades Económicas e Tasquinhas, que comemorava a data da criação da Freguesia da Ortigosa para outra data. A população da Ortigosa assistiu pacificamente a tudo aquilo, sem criar problemas, na expectativa que, passado o período de adaptação à União, haveria capacidade de liderança, para potenciar tudo o que cada Freguesia tinha de melhor e assim criar uma freguesia com dinâmicas de futuro, em que todos sentissem orgulho em viver. A partir do momento, em que os defensores da construção do Centro de Saúde do Souto da Carpalhosa tinham trazido para aquela Assembleia, obrigaram a esclarecer os deputados de que existia outra perspetiva, para a localização do Centro de Saúde na Ortigosa. As secções de voto de Ortigosa, Moita da Roda e Várzeas, representavam 62% dos eleitores da União de Freguesias. Com a localização do Centro de Saúde na Ortigosa como acreditavam que iria ser, apenas os habitantes das Várzeas, Picoto e Artelha teriam que fazer mais mil metros para ir à Ortigosa. Em contrapartida os habitantes de Ortigosa, Lameira e Riba de Aves e Monte Agudo que eram mais do dobro das Várzeas, Picoto e Artelha percorreriam menos mil metros. Ficavam assim menos quilómetros percorridos na média dos 62 % de eleitores da União de Freguesias. Chamou a atenção para o facto de que a população das Várzeas, Picoto e Artelha tinham que fazer os tais mil metros a mais, tinham transportes públicos com vários horários durante o dia, para a Ortigosa, mas se fossem para o Souto da Carpalhosa andavam os tais mil metros a menos e tinham que fazer toda a viagem em transporte próprio, porque para o Souto da Carpalhosa não existiam transportes

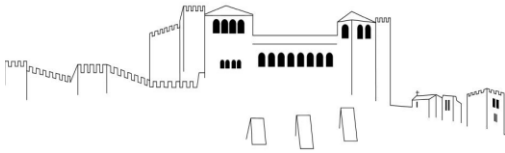


públicos, com horários para irem ao médico. A Ortigosa era a localidade com mais população da União de freguesias, ao contrário do Souto da Carpalhosa que não se encontrava nos primeiros lugares. A Ortigosa tinha mais do dobro da população do Souto da Carpalhosa. À população da Ortigosa deviam somar todos aqueles que trabalhavam nas empresas localizados na zona industrial e no resto da Freguesia. Se o Centro de Saúde ficasse na Ortigosa poderia contar com o apoio dos Bombeiros Voluntários da Ortigosa, que teriam uma prontidão de dois a três minutos, mais-valia que não podia ser ignorada na área da saúde e da emergência, ao contrário do Souto da Carpalhosa que não tinha Bombeiros Voluntários. Continuou e disse que a Ortigosa tinha farmácia, posto de combustíveis, multibanco. O Souto da Carpalhosa tinha um pavilhão era verdade, mas nenhum clube do Souto o utilizava, pois o grande utilizador desse pavilhão era o Basket Clube Do Lis, da Ortigosa. Depois de evidenciar as mais-valias da Ortigosa, comparando com Souto da Carpalhosa que eram arrasadoras, de ter exposto as diferenças demográficas entre as duas Freguesias, segundo os últimos censos entre 2001-2011 a Freguesia da Ortigosa foi a Freguesia rural que mais cresceu a nível populacional em todo o Concelho de Leiria com 9.38% ao contrário da Freguesia do Souto da Carpalhosa que tinha tido um crescimento negativo de -3,86%. Entre a população dos 0 aos 14 anos, a esmagadora maioria das Freguesias do Concelho de Leiria tiveram um crescimento negativo em linha com o resto do país, mas a da Ortigosa teve crescimento espetacular 7,12%, enquanto o Souto da Carpalhosa teve um crescimento negativo de -24%. Aquele ritmo de crescimento queria dizer que em menos de duas décadas a Freguesia da Ortigosa teria mais população que a Freguesia do Souto da Carpalhosa. Dirigiu-se ao Presidente da Câmara e disse que perante as expectativas e as mais-valias que a Ortigosa tinha, esperava que os ajudasse e que tomassem uma decisão rápida as pessoas da União de Freguesias eram pessoas de bem e sentiam vergonha pelo que se estava a passar. Obrigada.-----

O senhor Presidente da Assembleia continuou e disse que segundo informações do senhor Presidente da Câmara a vereadora Rita Coutinho ia responder à senhora Susana Maria Carreira Lopes Monteiro.-----

Intervenção da vereadora Rita Coutinho-----

Cumprimentos os presentes. Começou e disse que ia esclarecer todas as questões que tinham sido levantadas. Em relação ao terreno e à movimentação de terras dizia respeito a um processo de licenciamento de exploração de uma pecuária e o que estava em causa era um aviário de recria de galinhas poedeiras. Aquele processo estava a ser desenvolvido com todos os trâmites e normalmente aquele tipo de atividade tinha dois procedimentos, o licenciamento da atividade, em que a Câmara não era entidade coordenadora, mas sim a Direção Regional de Agricultura e das Pescas, naquele caso



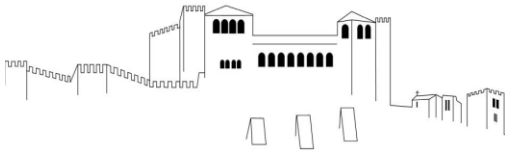
concreto e a Câmara que era a entidade licenciadora da obra. Em relação a isso o procedimento era o seguinte: era feito um pedido de informação prévia à Câmara, para ser feita uma viabilidade no sentido da sua localização, ao abrigo do PDM, se existia ou não a possibilidade de existir aquele tipo de atividade, tipo de edifício para aquela instalação naquele local. Esse processo foi feito, viável e foi terminado. Aquando da obtenção daquela viabilidade o que acontecia é que a empresa dirigia-se à entidade coordenadora e iniciava o processo de licenciamento da atividade. Esse processo estava a decorrer e tinha sido emitido um parecer favorável. Tinham sido consultadas uma série de entidades, nomeadamente dentro do parecer ao nível da atividade das entidades que se manifestaram, Administração Regional de Saúde do Centro, Administração Regional Hidrográfica do Centro, Autoridade das Condições de Trabalho, Direção-Geral de Ambiente, Direção-Geral de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro, Comissão de Coordenação Desenvolvimento da Região Centro, todas estas entidades junto com a entidade coordenadora deram parecer favorável quanto à atividade. Os procedimentos referentes às obras ao nível do Município foram desenvolvidos com base naqueles pareceres e o processo foi aprovado. Naquela questão da obra foram consultadas várias entidades que tinham dado pareceres favoráveis, a CCDR sendo a que coordena as entidades que foram consultadas, a APA das Infraestruturas de Portugal da ANACOM e do IMT e ao nível de obra todas estas entidades deram parecer favorável. Em relação à questão dos dois licenciamentos do uso e do edifício, tiveram ao todo dez entidades que deram parecer favorável inclusive a Câmara, que deu o parecer favorável ao abrigo de todas as outras. Continuou e referiu que ao serem consultadas aquelas entidades, não carecia de avaliação de impacto ambiental face à atividade que era e às suas características. Tiveram conhecimento que as obras já tinham começado e iam proceder o envio dos serviços de fiscalização ao local, para verificar se estavam a ser cumpridas todas as legalidades. Obrigada-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e deu a palavra ao Presidente da Câmara.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara-----

Cumprimentou os presentes. Começou por dizer que naquele momento era extemporâneo estar afirmar o que quer que fosse sobre a temática do Centro de Saúde. A primeira questão evidenciada era haveria financiamento para a construção desse equipamento, que considerava muito importante. Até ao momento, o processo estava numa fase embrionária, tinham que aguardar, depois de ouvidas as partes no sentido de definir uma localização. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que antes de entrarem no período do antes da ordem do dia, fez uma pequena referência sobre a jarra de água. Explicou que fazia parte do projeto UrbanWINS» que envolvia 24 cidades de 6 países da União



Europeia, cujo início datava de maio de 2016 e encontrava-se na sua fase final. Leiria era cidade piloto e única representante de Portugal. O projeto financiado pelo Programa de Pesquisa e Inovação Horizonte 2020 para estudar como as cidades consumiam recursos e produtos, e como eliminavam os resíduos produzidos, com o objetivo de desenvolver e testar soluções inovadoras para melhorar a prevenção e gestão de resíduos, abrangia entre outras, a concretização, por parte do Município de Leiria, de 3 ações que resultaram de um processo participativo alargado, com a comunidade e vários stakeholders, ao longo destes 3 anos. No âmbito de uma das ações, a CML, adquiriu louça em material reutilizável e reciclável, para usufruto em eventos. A aquisição daquele material permitiria a implementação das boas práticas ao nível da gestão dos resíduos urbanos gerados, de uma forma o mais sustentável possível, o que significava, em primeira instância e em consonância com as linhas diretivas europeias de gestão de resíduos, a redução da sua produção e concomitantemente, contribuiria para a Câmara Municipal de Leiria cumprir com a Resolução do Conselho de Ministros, n.º 141/2018 de 26 de outubro.-----

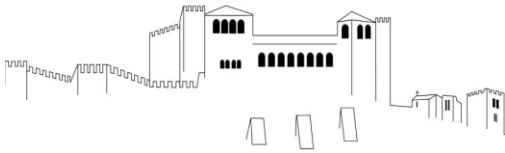
Entraram então no período de antes da ordem do dia, com a apresentação das Moções e recomendações. Três documentos deram entrada, o primeiro do Bloco Esquerda, através do seu deputado Manuel Azenha. Em comissão de líderes acordaram que o tempo gasto com a apresentação das moções e sua discussão contaria para o período de cada partido, dentro do período de antes da ordem do dia. Para os partidos unitários seria uma injustiça pois perderiam os cinco minutos que tinham, com esse assunto. Fizeram a opção de que o tempo da apresentação da proposta, não contava para aquele tempo, depois o tempo da sua discussão, já contaria.-----

Intervenção do deputado Manuel Azenha – BE -----

Cumprimentou os presentes. Começou por dizer que não lhe tinha sido dado a oportunidade de se pronunciar sobre as intervenções dos munícipes. O senhor Presidente da Assembleia respondeu-lhe, que não era efetivamente habitual e também não havia nada no regimento que dissesse que não, tinha sido de facto um lapso, podia fazê-lo sem contar para o tempo do partido dele. O deputado continuou e disse que o faria. -----

Transcrição: Recomendação sobre mobilidade-----

“Todos os dados conhecidos indicam que no nosso país o transporte público e/ou colectivo não tem sido disponibilizado a milhares de pessoas que dele necessitam, em Leiria, e apesar da melhoria da oferta que adveio da aposta na extensão dos percursos do Mobilis, verifica-se ainda uma grande deficiência no serviço público de transporte, designadamente no tempo existente entre autocarros, sendo as tarifas praticadas igualmente um fator decisivo na opção das pessoas que, na maioria dos casos, recorrem à utilização individual do automóvel. O congestionamento nas deslocações, a emissão de

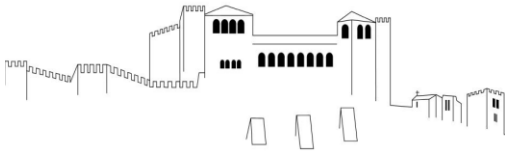


gases de efeito de estufa (GEE) e doutros poluentes, o ruído, o gasto de energia e a exclusão social impõem novas políticas públicas, para diminuir o uso excessivo do automóvel, promover a coesão territorial, mitigar as alterações climáticas e atrair mais passageiros para o transporte público. Nesse sentido, no Orçamento do Estado para 2019 foi criado um Programa de Apoio à Redução Tarifária no conjunto do país (PART), com uma dotação global de 104 milhões de euros. A aplicação desta verba já foi publicada em Diário da República no passado 04 de Fevereiro - despacho n.º 1234-A/2019 - sendo atribuída à Região de Leiria a verba de € 588.061,00 proveniente do Orçamento do Estado, aos quais acresce a comparticipação da Comunidade Intermunicipal no montante de € 14.702,00, tudo no montante global de € 602.040,00. Nos termos deste Despacho, pelo menos 60% deste valor, deve ser utilizado para a redução dos preços dos passes, criação de passes familiares ou transporte gratuito para menores em idade escolar, reformados e seniores. A verba restante poderá ser usada para aumentar e melhorar a oferta e os acessos à rede de transportes colectivos. Até ao dia 15 de Março de 2019 a Comunidade Intermunicipal (CIM) deverá remeter ao Fundo Ambiental o plano de aplicação da dotação do PART. A importância das medidas a tomar em matéria de mobilidade, impõe a cada município ter um conhecimento aprofundado da situação, para serem encontradas as melhores respostas, tendo em conta, entre outros elementos, a densidade territorial, os destinos das deslocações e os modos de transporte mais adequados. Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária em 15 de Fevereiro de 2019, desejando contribuir para a promoção e implementação de novas políticas no domínio dos transportes, Recomenda à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria:-----

Desenvolva os procedimentos necessários para a programação de políticas de mobilidade assentes na redução das tarifas e na utilização do transporte colectivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço da população, designadamente através do recurso ao Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).-----

Mais recomenda a criação de uma Unidade Técnica de Gestão Intermunicipal (a exemplo do que se fez na área metropolitana do Porto) que vise organizar uma rede de transportes comum aos Concelhos que fazem parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.”-----

O deputado Manuel Azenha continuou e apresentou um ponto sobre a questão. O orçamento de estado tinha previsto uma verba de € 588.061,00, para serem entregues à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, para serem gastos numa redução das tarifas dos transportes públicos, 60%, e o restante da verba podia ser gasto, em aquisição de material, infraestruturas. Continuou e disse que gostava de saber a opinião



dos membros da Assembleia Intermunicipal e os membros do Concelho da Comunidade Intermunicipal que se encontravam ali presentes, bem como o senhor Presidente. Em 2015 entrou em vigor o regime jurídico do serviço público de transportes, a Lei 52/2015, a partir dali a CIMRL assumiu uma qualidade, que tinha sido a qualidade de transportes, responsável por toda a gestão do serviço de transportes públicos na Região de Leiria. Logo após a publicação da Lei, a Comunidade Intermunicipal, fez uma delegação de poderes, a todos os municípios que faziam parte dessa mesma comunidade. Colocou a questão de como se iria processar, o pedido daquela verba a que tinham direito dentro do orçamento de estado, tendo em conta que cada município geria a sua própria frota de transportes. Recomendou então, a criação de uma unidade técnica de gestão intermunicipal, porque se não fosse possível ir buscar o dinheiro a que tinham direito, essa unidade serviria para organizar uma rede de transportes comuns, aos Concelhos que faziam parte daquela Comunidade Intermunicipal.-----

-O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

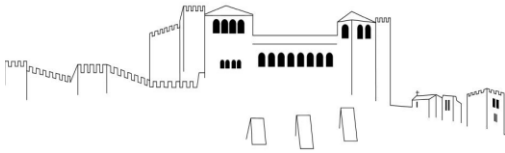
Intervenção do senhor Presidente da Câmara-----

Começou por responder ao deputado Manuel Azenha e disse que era preciso ter toda a informação para perceber o que estava em causa. Os Municípios delegaram no âmbito da Lei, na CIMRL, a formação de uma autoridade de transportes para todo o território da CIMRL. O que estava a ser feito era um procedimento tendente a contratar uma entidade que fizesse um levantamento de todos os transportes coletivos, não os urbanos, que percorriam o território, para se poder ajustar os interesses de cada um dos Municípios. Em função disso é que seria lançado o procedimento, para a adjudicação das empresas que iriam ser contratadas para o efeito. O processo estava em curso a referência que tinha sido feita ia ser ponderada e não iam perder o dinheiro.-----

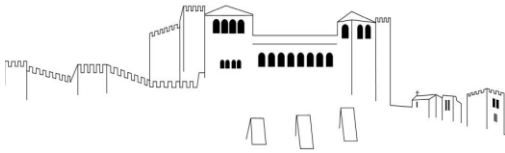
O senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao deputado Manuel Azenha e perguntou-lhe se, em relação à resposta do senhor Presidente da Câmara, mantinha a recomendação, ao qual o deputado respondeu que sim. Colocou à votação a recomendação, foi votada a favor com duas abstenções uma do PC e outra da Presidente de UF de Monte Redondo e Carreira. A partir daquele momento tinham decidido em comissão de líderes, devido à transmissão em direto das sessões, anunciar os votos dos partidos. Continuou para a segunda Moção, apresentada pela deputada Margarida Castelão.-----

Intervenção da deputada Margarida Castelão – PSD/MPT -----

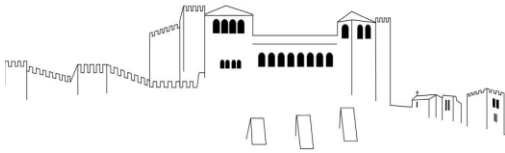
Cumprimentou os presentes. Na reunião de Câmara de 20 de Dezembro de 2018 foi aprovada uma moção conjunta entre as duas forças políticas aí presentes PS e PSD, contra o fracking na pesquisa, prospeção e exploração de hidrocarbonetos. A 21 de



dezembro o Parlamento, reunido em sessão plenária aprovou um projeto de resolução, prevendo o cancelamento dos contratos de prospeção e exploração de hidrocarbonetos na Batalha e em Pombal, apesar dos votos contra das bancadas do PS e CDS/PP. O texto mereceu a sentimentos dos restantes grupos parlamentares e nomeadamente do PSD que votou contra o cancelamento destes contratos de prospeção e exploração de hidrocarbonetos, na Batalha e em Pombal, bem como dos três deputados Socialistas de Leiria. Aquele debate teve como base uma petição do movimento Peniche livre de petróleo, com mais de cinco mil oitocentos e cinquenta e oito subscritores. Em inúmeras Assembleias de Freguesia do Concelho de Leiria e dos Concelhos limítrofes foram aprovadas Moções, sentido de cancelar os contratos de sondagem de pesquisa de hidrocarbonetos na Bacia Lusitânica, em Alcobaça e Pombal, com a empresa australiana Australis, Oil & Gas. O fracking método fraturamento hidráulico usado na prospeção e extração de petróleo, apresentava elevados riscos ambientais, por ser um processo muito agressivo, com a utilização de químicos nocivos à saúde e ao ambiente; que utilizava grandes quantidades de água e libertava para a atmosfera grandes quantidades de gás metano. O efeito estufa e o risco de explosão era muito elevado, podendo amplificar a existência de microssismos locais. O reconhecimento de possíveis danos ambientais fez com que vários países europeus o proibissem e outros países declarassem moratória à técnica de extração, com o objetivo de fazer uma análise mais aprofundada sobre os impactos ambientais, como era o caso da Irlanda, da República Checa, da Roménia da Alemanha e da vizinha Espanha, fazendo uso do princípio da precaução. Perguntou se queríamos o fracking para Leiria, pois para se extrair o gás era preciso explodir as rochas e o processo começava com uma perfuração até a camada rochosa de xisto, após atingir uma profundidade de mais ou menos 1,5 mil metros, uma bomba que injectava água com areia e produtos químicos sobre alta pressão que ampliava as fissuras na rocha este procedimento libertava o gás que ali estava aprisionado e que fluía para a superfície, onde podia ser recolhido e utilizado. Durante aquele processo era praticamente impossível evitar a ausência de contaminação do solo e dos lençóis freáticos circundantes. Um estudo feito pela da Duke University na Pensilvânia, demonstrou que havia um aumento da concentração de metano na água potável em locais próximos dos poços, usados para o fraturamento hidráulico. A toxidade do metano era sobejamente conhecida. Especialistas naquela área descreviam como principais impactos ambientais, a contaminação da água, do solo riscos de explosão com a libertação de gás metano e chamaram a atenção para o consumo excessivo de água que era necessário utilizar para provocar o fracionamento da rocha. Além do facto de se terem que usar substâncias químicas para favorecer aquela exploração havia também a preocupação, de que a técnica pudesse estimular movimentos tectónicos, que levassem



a mini terremotos. Não podíamos continuar a ignorar os aspetos sociais e ambientais e considerarem como único argumento que justificava aquela exploração o aspeto económico, era de salientar que aquela tecnologia não se provou segura em nenhum lugar do mundo. Ninguém queria na água que consumia, metano ou outros tóxicos resultantes daquela atividade, aliás, o caminho não era aquele, era sabido que pelo menos dois terços das reservas mundiais conhecidas precisavam de permanecer no subsolo, para evitar o aquecimento global. Atualmente as explorações petróleo que existiam eram mais do que suficientes para o fornecimento de matéria-prima para a indústria. Restava resolver a questão energética, mas o metano e outros hidrocarbonetos não eram a única fonte energética disponível no nosso planeta. No nosso planeta dispúnhamos energia hidroelétrica e por isso tínhamos barragens no país, energia eólica, por isso tínhamos os parques eólicos, naquele caso os aerogeradores tinham mostrado resultados fantásticos e tinham crescido exponencialmente desde que tinham sido inventados. Tínhamos mais parques e residências com painéis fotovoltaicos e coletores solares. A geração de energia a partir de produtos da floresta podia ser ampliada e embora não fosse rentável acabava por não dar prejuízo e ser uma solução para prevenir os incêndios florestais. No caso dos carros elétricos, fez-se a educação ambiental, gerou-se na população vontade de comprar um carro elétrico, ao que a população comprou, mas o drama atual é encontrar onde carregar esse carro. Uma viagem a Lisboa seria uma aventura, pois encontrar uma tomada disponível para fazer a carga era praticamente nula. Eram estas questões que tinham que ser resolvidas, com investimento na promoção do uso de energias renováveis, desenvolvimento sustentável, não só na nossa região, no nosso país e consequentemente no nosso planeta. Continuou e disse que faltava um debate sério, sobre as questões ambientais sociais de saúde e sobre os impactos gerados pelo fracking. A entidade nacional para o mercado de combustíveis, reconhecia a falta de estudos sobre os impactos ambientais da prática, e já admitiu que o método possibilite aumentar a produção de gás natural, mas ainda havia presente altos custos e complexidade nas operações. Australis, Oil & Gas pretendia iniciar as primeiras perfurações nas duas áreas concessionadas, Pombal e Batalha, nomeadamente na Freguesia da Bajouca em Leiria. Referente à área designada como Pombal sublinhou que a concessão da pesquisa e exploração de petróleo na região de Leiria era a única ativa no país, porque em maio o Governo anunciou, que não ia atribuir até 2019 novas licenças para a prospeção de petróleo na costa portuguesa, mas mantinha os compromissos contratuais em curso. Claramente, os interesses das populações de Leiria, não foram acautelados por aquela decisão do Governo, que mantinha apenas a concessão da pesquisa e exploração de petróleo, aqui na região de Leiria, perante a inoperância e falta de vontade do mesmo em travar aquele processo.



Assim cabia aos legítimos representantes daquelas populações impedir a pesquisa, prospeção e exploração de hidrocarbonetos, por fracking. As más opções do passado não tinham de perpetuar no futuro, a vida dava-nos múltiplas oportunidades de redirecionar o caminho que percorríamos, se se tinha optado mal no passado tínhamos que impedir que se levasse a cabo aquela pesquisa. As populações contavam com todos os deputados, independentemente da cor política para impedir aquele flagelo, por isso apresentavam ali aquela Moção, contra o fracking na pesquisa e prospeção e exploração de hidrocarbonetos. -----

---O senhor Presidente da Assembleia pediu à deputada que lesse só as conclusões ou a parte que tinha sido alterada, para não tornar mais extensa a intervenção. A deputada aceitou a sugestão e disse que o que vinha a deliberação, era manifestar-se contra a prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos no Concelho de Leiria com recurso a fracking e exigir a paragem imediata de todos os trabalhos relativos ao processo de intenção, de efetuar uma sondagem mecânica já em 2019, no lugar de Boiça de Cá Freguesia da Bajouca, Concelho de Leiria. Agradeceu.-----

O senhor Presidente da Assembleia continuou e perguntou ao presidente de Junta Vítor Santos se retirava a Moção dele.-----

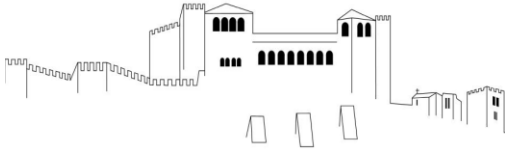
Intervenção do presidente da Junta de Freguesia da Maceira Vítor Santos-----

Disse que estavam preparados para apresentar a Moção relativa o assunto, que era de extrema importância para o Concelho e para o País, mas tinham chegado a um entendimento entre os líderes das bancadas relativamente ao facto da forma como era feito, fracking na pesquisa e prospeção e exploração de hidrocarbonetos e decidiram retirar a moção.-----

O senhor Presidente da Assembleia continuou e pediu à deputada Margarida Castelão, que lhe dissesse as conclusões relativas à Moção, para saberem o que iam votar. Continuou e disse que a proposta era a que a deputada Margarida Castelão tinha apresentado e as conclusões iriam ser alteradas para; Manifestar-se Contra a Prospeção e Pesquisa de Hidrocarbonetos no Concelho de Leiria, com recurso ao Fracking. Exigir a paragem imediata de todos os trabalhos relativos ao processo de intenção de efetuar uma sondagem mecânica, já em 2019, no lugar de Bouça de Cá, Freguesia da Bajouca, Concelho de Leiria, que passou a ser subscrita por todos os que chegaram àquele acordo.-----

Intervenção da deputada Joana Cartaxo PCP-----

Cumprimentou os presentes. Começou e disse que tinham feito uma leitura da Moção e tinham algumas alterações para propor ao PS e ao PSD pois, opunham-se à exploração de petróleo gás, pelo método do Fracking, também se opunham à exploração offshore mas não se opunham a poderem usufruir dos recursos naturais. Continuou e disse que



era importante existir um estudo de impacto ambiental, para que se percebesse efetivamente se a exploração daqueles hidrocarbonetos seria viável ou não. À Moção proposta pelo PSD, indicaram uma alteração, pelo princípio da precaução exigir a suspensão imediata de todos os trabalhos relativos ao processo de intenção de efetuar uma sondagem mecânica já em 2019, em Bouça de Cá, Bajouca, Leiria, até que os estudos e os relatórios estivessem concluídos e aprovados. Se os estudos demonstrassem que existiam riscos relevantes para o meio ambiente, nomeadamente para os lençóis freáticos e aquíferos de Leiria a flora e a fauna, resolviam o contrato de concessão e cancelavam qualquer trabalho que pudesse vir a realizar-se curto prazo. Informou que no Participa estava disponível o relatório de consulta pública onde mencionavam as Associações de Proteção do Ambiente, a Quercus entre outras, em que defendiam que era necessário existir um estudo prévio ao abrigo da Lei 37/2017 de 2 de junho aprovada na Assembleia da República. A proposta deles era a alteração daquele último parágrafo e obviamente, com aquela alteração iriam votar a favor.-----

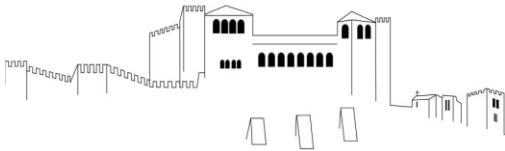
Intervenção do deputado Manuel Azenha - BE -----

Dirigiu-se ao Presidente e disse que o que estava efetivamente em causa era que entre o PS e o PSD existiam duas posições distintas, na primeira posição do PSD eram contra a prospeção e exploração, a posição do PC e do PS era efetivamente não eram contra a prospeção nem a exploração, mas sim contra a técnica do Fracking. A população do Concelho e da Bajouca deviam saber qual a posição daquela Assembleia. O PS tinha cedido na parte mais importante e assim as explicações apresentadas pela deputada Margarida Castelão, tinham ido ficado sem efeito. Na data do projeto de resolução apresentado na Assembleia da República esqueceram-se de referir que naquela Assembleia Municipal tinha o BE apresentado uma Moção contra os contratos que na altura, em que continuavam em vigor, tinha sido aprovada com três votos a favor do BE, PCP e PAN, quarenta e sete abstenções e um voto contra. O contrato que estava em vigor previa a utilização da técnica do Fracking, podiam aprovar todas as moções, que se não fossem pelo cancelamento dos contratos, a Australis faria o quisesse na Bajouca. Agradeceu.-----

Intervenção da Presidente da UF Monte Redondo e Carreira Celine Gaspar ----

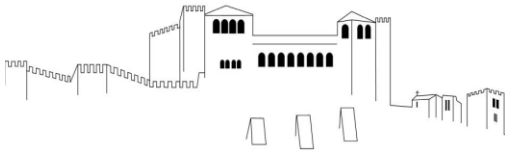
Transcrição:-----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Exmo. Senhores Vereadores, Exmo. Senhores, Deputados, Caríssimos Colegas Presidentes da Junta, Examos Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e meus Senhores. Na sequência da apresentação desta moção na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira informo que a 15 de janeiro de 2019 a Junta de Freguesia da União



das Freguesias de Monte Redondo e Carreira delibera, por unanimidade, e ao abrigo da alínea x) do nº 1 do Artigo 16º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente no que respeita à manifestação sobre assuntos do interesse da Freguesia, declarar-se totalmente contra o desenvolvimento de qualquer projeto de sondagem de prospeção e potencial exploração de hidrocarbonetos na nossa Região. Relativamente à Sondagem de Prospeção e Pesquisa e potencial exploração de Hidrocarbonetos na Área de Concessão de "Pombal", em Bajouca, Concelho de Leiria, a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira após uma análise profunda sobre várias vertentes e pareceres considerou que:-----

- Após o acompanhamento próximo do desenvolvimento do processo, nomeadamente no que respeita à análise particular da Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacto Ambiental e parecer posterior da Agência Portuguesa do Ambiente, existem inúmeras questões que constituem franca preocupação;-----
- A incerteza que envolve o projeto, designadamente relativamente aos métodos a utilizar em todas as fases, quer no contexto de pesquisa, quer no contexto de potencial exploração, leva a que existam enormes reservas quanto aos potenciais impactos ambientais, sociais e económicos do projeto mencionado; -----
- A distância de habitações ao local a intervir é ínfima e trará sempre, consequências negativas de relevo para a população no que se refere à sua qualidade de vida;-----
- A Australis - Oil & Gas Portugal, Sociedade Unipessoal Lda. não expressou esclarecimento proativo e imediato junto da população assim que tornou pública a sua intenção de prospeção e potencial exploração no norte do Concelho de Leiria, junto das entidades locais (nomeadamente das Câmaras Municipais da Região e da Junta de Freguesia da Bajouca), a Junta de Freguesia, de forma ponderada, analisou todas as questões e deve manifestar total apoio aos cidadãos que tem vindo a expor as suas legítimas preocupações ao longo dos últimos meses;-----
- A Junta de Freguesia promoveu uma sessão de esclarecimento com a participação de Professores do Instituto Politécnico de Leiria, onde manifestamente compreenderam que as dúvidas quanto aos impactos só não existem quanto à sondagem por métodos convencionais, restando no executivo enormes dúvidas quanto aos métodos a utilizar em fase de potencial exploração;-----
- Tecnicamente e de acordo com a biografia científica temática analisada por técnicos do Município de Leiria, as formações geológicas da nossa zona geográfica têm pouca permeabilidade pelo que a potencial exploração poderá obrigar à utilização do método fraturação hidráulica, conhecido internacionalmente por "fracking", processo muito agressivo e já proibido em vários países da Europa e do mundo pelo impacto ambiental



que significa, sobretudo no que respeita à qualidade do ar, à qualidade dos aquíferos superficiais e subterrâneos;-----

- Não existem quaisquer garantias de que este projeto seja inócuo para o ambiente e para a população, a Junta de Freguesia considera, em definitivo, que nada indemnizará a Freguesia quanto aos riscos que se podem correr em particular na ocorrência de potenciais acidentes avassaladores e que podem comprometer as gerações futuras;-----

- As entidades governamentais, apesar de contactadas pela Junta de Freguesia, nomeadamente Laboratório Nacional de Energia e Geologia, não manifestaram disponibilidade para colaborar na dissipação de dúvidas acerca desta questão.-----

- Cabe, também, às entidades locais desenvolver todos os esforços para que a transição energética para usos mais limpos e amigos do ambiente se concretize.-----

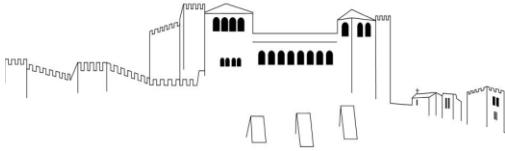
Reforço, ainda, que a decisão exposta realiza-se depois uma análise aprofundada e ponderada da questão após a qual persistem enormes reservas quanto ao assunto e garantindo, desta forma, o princípio da precaução quanto ao superior interesse das nossas populações. Esta deliberação foi remetida a várias entidades locais e nacionais. Obrigada.”-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que tinham terminado as intervenções. A intervenção da deputada Joana Cartaxo tinha suscitado que a deputada Margarida Castelão ou/e o Presidente Vítor Santos dissessem algo sobre a proposta que a deputada tinha feito da alteração. -----

Intervenção da deputada Margarida Castelão PSD -----

Em resposta à proposta do PCP disse que fazia parte da Moção um parágrafo, que dizia que solicitavam ao Governo que constituísse uma equipa multidisciplinar de cientistas independentes, reconhecidos naquela área, de várias universidades para a realização de estudos, que culminassem num relatório credível sobre o Fracking, para que as populações e a classe política devidamente informadas pudessem tomar opções fundamentadas. O que se passava naquele momento era que desconheciam-se os impactos dessa técnica e muitos até acabavam por ser ocultados, não sabendo ao certo o que acontecia. Deveria ser feito um estudo profundo até nas áreas onde ele estava a ser aplicado, não tirava o mérito às universidades portuguesas e aos nossos técnicos mas teria que ser um estudo mais amplo a nível mundial, para sermos esclarecidos antes de decidir se iriam fazer o Fracking ou não. Em resposta ao deputado Manuel Azenha, esclareceu que continuavam a manifestar-se contra a técnica de Fracking na prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos no Concelho de Leiria.-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que o senhor presidente da Junta de Freguesia da Maceira, Vítor Santos podia intervir embora que estivesse rejeitada por uma das partes, a moção estava condenada. O presidente tomou a palavra e disse que



não se opunham à inclusão do que tinha sido dito pela deputada do PCP Joana Cartaxo. O senhor Presidente da Assembleia continuou e disse que na existência de oposição da parte de um dos partidos iam votar a Moção como estava, manifestar-se contra a prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos no concelho de Leiria com recurso ao Fracking e exigir a paragem imediata dos trabalhos relativos ao processo de intenção de efetuar uma sondagem mecânica em 2019 no lugar de Bouça de Cá, Freguesia de Bajouca, Concelho de Leiria. A Moção foi aprovada por maioria com duas abstenções uma do PCP e uma do PS. Continuou e abriu as inscrições para os Presidentes de Junta que quisessem intervir sobre assuntos exclusivos da sua Freguesia.-----

Intervenção do Presidente da Freguesia da Bajouca Pedro Pedrosa-----

Transcrição:-----

“A inauguração das obras de requalificação da Escola da Bajouca constitui um motivo de grande satisfação para a nossa comunidade. -----

O melhor investimento que uma sociedade pode fazer é na melhoria das condições de aprendizagem das novas gerações.-----

Apostar na educação é apostar no futuro. E por isto, com os olhos postos no futuro, não podíamos deixar passar este momento em branco. Fruto do empenho, esforço e investimento da Câmara Municipal de Leiria, nesta obra na nossa freguesia, é possível hoje ter um espaço com todas as condições, para que as nossas crianças possam crescer em sabedoria.-----

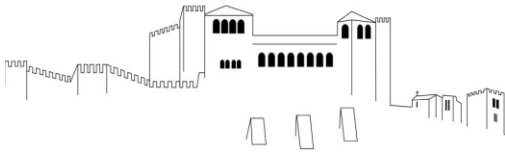
Um dos principais pilares para que a sociedade possa conviver em harmonia é a educação, e de facto, o espaço que inaugurámos hoje permite que as nossas crianças possam, não só aprender os conhecimentos técnicos, mas também, desenvolver outras competências que irão definir a base do seu carácter mais tarde.-----

Estamos também, particularmente satisfeitos porque este investimento contribui para a melhoria do nível de qualidade de vida na nossa freguesia, sendo um estímulo para a fixação de jovens no nosso território, que sabem que temos excelentes condições, e que podemos vir a desenvolver mais valências ainda, para que possam aqui construir as suas famílias e garantir uma educação de qualidade para os seus filhos.-----

É fundamental que as freguesias mais afastadas dos centros urbanos sejam equipadas com infraestruturas de elevada qualidade, de modo a contrariar a tendência de redução de população que se tem registado nas últimas décadas.-----

Muito obrigado à Câmara Municipal por, mais uma vez, por prestar o apoio que os Leirienses e neste caso em concreto, os Bajouquenses precisam, e que reconhecemos todos os esforços!”-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que antes de dar a palavra à senhora Presidente Celine Gaspar, informou que a contagem do tempo estava errada e o



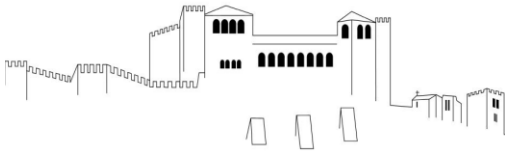
tempo que tinha sido despendido pelo PCP estava a ser debitado ao PAN. Assim o senhor Presidente disse que teriam essa falha em consideração e o PAN teria o seu tempo. Deu a palavra à senhora Presidente de Junta.-----

Intervenção da Presidente da UF Monte Redondo e Carreira Celine Gaspar-----

Transcrição:-----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Caríssimos Colegas Presidentes da Junta, Exmos. Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e meus Senhores.-----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e num momento em que se inicia a discussão relativamente à rede escolar para o próximo ano letivo, quero, novamente, manifestar a importância que o Colégio Dr. Luís Pereira da Costa tem para a Vila de Monte Redondo e para o Norte do Concelho de Leiria. Este estabelecimento de ensino, que este ano letivo comemora 25 anos de existência, tem tido não só um papel fundamental para o desenvolvimento de um quadro pedagógico de excelência, mas também um papel relevante para a dinâmica económica, social e cultural da nossa comunidade. Reiteramos que é fundamental que na estratégia de revisão dos contratos de associação toda esta envolvência seja considerada e avaliada, uma vez que a mera possibilidade deste estabelecimento de ensino fechar portas implicará grandes impactos irreparáveis para nossa Freguesia, sobretudo, para a nossa Vila de Monte Redondo. Consideramos que a coexistência das duas escolas da Freguesia é possível e será a melhor resposta para a comunidade e para o norte do Concelho de Leiria. Concordamos que, face à diminuição do número de crianças, seja necessária uma reavaliação sobre a forma como deverão funcionar as escolas com contratos de associação, no entanto, a decisão não poderá ser feita com régua e esquadro nem pode, jamais, defender interesses pouco claros sobre a questão, uma vez que os impactos nas comunidades podem ser desastrosos. O Colégio Dr. Luís Pereira da Costa tem apostado não só no ensino regular, mas também no ensino profissional, querendo investir ainda mais nesta área com maior procura nos últimos anos, estando neste momento a desenvolver esforços junto do tecido empresarial da região para se tornar parceiro das maiores empresas da Freguesia quanto à formação de futuros quadros destas empresas. Além disso, nos últimos 3 anos, no Centro Qualifica, teve mais de 750 inscrições e certificou quase 200 adultos. A Câmara Municipal de Leiria, quer na pessoa do Senhor Presidente, quer na pessoa da Senhora Vereadora da Educação, tem estado ao nosso lado, demonstrando junto da tutela a importância deste estabelecimento de ensino para o concelho de Leiria. Quero, portanto, manifestar o meu agradecimento por isso e ao mesmo tempo demonstrar a nossa total disponibilidade



para defender convosco a coexistência dos dois estabelecimentos de ensino, porque, se as portas deste Colégio fecharem, não existe capacidade de absorção da totalidade dos alunos pela Escola 2, 3 Rainha Santa Isabel e prevemos que um grande número de jovens optem por escolas fora do Concelho, com as consequências futuras, quer a médio ou quer a longo prazo. Pelo acima descrito e exposto, o Colégio Dr. Luís Pereira da Costa constitui um projeto relevante para o Concelho de Leiria, sendo necessário garantir a sua existência em condições de equilíbrio pedagógico e financeiro. E para que a instituição tenha capacidade de sobrevivência económica e financeira, mas sobretudo para que possa continuar a ter equilíbrio e sustentabilidade pedagógica, será necessário ver atribuídas 2 turmas de contrato de associação, por ano, no ensino básico e, pelo menos, 1 turma de contrato de associação no ensino secundário. Estamos certos de que a manutenção dos dois estabelecimentos de ensino é fundamental para o futuro que prevemos com a execução do Parque Empresarial de Monte Redondo, pelo que é, hoje, que temos de manifestar a sua importância no presente, mas, sobretudo, no futuro. A minha intervenção, aqui, hoje, é no sentido de solicitar o apoio de toda a Assembleia Municipal para que, junto de todos os eleitos da Assembleia da República, possam defender a importância desta questão, não só para a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, mas sobretudo para o Concelho de Leiria. Mais do que lutas partidárias, devemos todos, em conjunto, lutar pelo superior interesse do nosso concelho. Obrigada.”-----

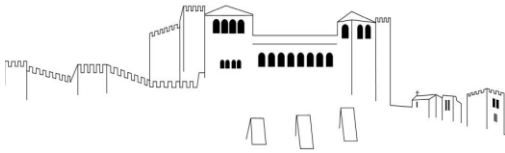
**Intervenção da Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão Ventura Tomaz—
Transcrição:**-----

“Na pessoa do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento todos os presentes.
QUEM NÃO SE SENTE NÃO É FILHO DE BOA GENTE? -----

Podia resumir neste provérbio discutível, o atual sentir das gentes da Freguesia do Coimbrão, face à tomada de posição do ICNF com a interdição de troços de estradas localizadas no espaço das Mata Nacionais do Pedrógão e do Urso, áreas florestais sob sua gestão.-----

A atual situação de encerramento da ligação entre a EN109-9 e a ponte da Bajanca - Vieira de Leiria e, do troço norte da Estrada Atlântica entre a Lagoa da Ervedeira e a Rotunda do Carriço, por falta de alternativa viável, dificultam o movimento pendular das populações vizinhas e empresas que trabalham e operam entre a Nazaré, Marinha Grande e a Figueira da Foz.-----

Pelo encerramento do troço da ligação entre a EN109-9 e a ponte da Bajanca - Vieira de Leiria, a mobilidade das gentes da freguesia do Coimbrão que trabalha, recorre a serviços e, usufrui de atividades em Vieira de Leiria que não lhe são disponibilizadas no



norte do concelho, foi agravada com um percurso alternativo com + 4,7 Km de distância a percorrer, com tudo o que lhe é inerente.-----

Podemos afirmar que a mobilidade dos cidadãos do Coimbrão de e para Vieira de Leiria, teve um retrocesso de 50 anos, tais são os condicionalismos (ficámos pior que na época das celebres tranqueiras florestais, pois estas abriam ao nascer do sol e fechavam ao pôr do sol).-----

Tal, porventura não será de estranhar na maior freguesia do concelho com cerca de 53 km², o estado detém e o ICNF gere em contexto financeiro e material 31 km², que representam 60% do território (e não paga IMI). Ou seja, é "o acionista" maioritário, manda mais que a Junta de Freguesia ou mesmo o Município de Leiria. E, vai daí, coloca sinalização vertical proibitiva, condiciona primeiro, informa depois e, pelo caminho surgem multas e coimas.-----

Porque o paradigma é hoje, necessariamente outro, sentimo-nos no direito de questionar porque é que sendo a requalificação e conservação destas vias investimento dos municípios, com apoios comunitários e pago com os impostos de todos nós, não somos informados sobre o procedimento e consultados sobre alternativas viáveis que não prejudiquem as populações.-----

Conscientes da dimensão do problema, das dificuldades, dos perigos e riscos e, das responsabilidades refletidas nas instituições. É compreensível que ninguém queira ser constituído arguido e acusado de ofensa ou crimes por negligência.-----

Mas já passou demasiado tempo sem que se tenham desenvolvido ações e implementadas medidas preventivas, pelo que é incompreensível o encerramento intempestivo destas vias.-----

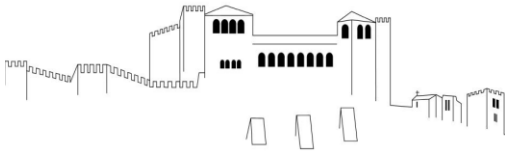
Pelo incómodo e custos que representa para a população, rogamos ao Sr. Presidente da Câmara que, questione o ICNF e informe do período temporal necessário para levantamento dos condicionalismos à circulação nestas vias, em especial no troço entre EN109-9 e a ponte da Bajanca, troço de acesso a Vieira de Leiria.-----

Para finalizar, agradecer à imprensa regional pela abordagem desta temática e informação à população do estado das coisas. Tenho dito.-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e solicitou as inscrições para o período antes da ordem do dia.-----

Intervenção da deputada do Daniela Sousa do PAN -----

Cumprimentou os presentes. Começou e disse que na semana em que o professor Marcelo Rebelo de Sousa tinha promulgado a lei que proibia os animais selvagens em circos, com o qual se congratulavam, não podia deixar de manifestar ali o seu pesar pela presença nossa querida cidade de Leiria de um circo, Cardinali que era conhecido pela utilização de animais selvagens nos seus espetáculos. Gostavam que Leiria fosse uma



cidade que estivesse à frente e que se posicionasse contra aquela prática, diriam antiquada e não ao contrário que andasse atrás da Lei e no estrito cumprimento da mesma. Gostariam de recomendar à Câmara que acompanhasse aquela evolução e não permitisse a permanência daquele tipo de “espetáculos” na cidade de Leiria. Relembrou que há uns anos era considerado normal ter um preto em casa para rachar lenha ou para servir, também era considerado normal utilizar castigos físicos, talvez umas chibatadas como faziam com os leões. Era esta a recomendação que não queria deixar passar, não se tratava de uma comparação pois, não se tratava de algo incomparável mas sim de uma evolução e de um sentido de injustiça.-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e chamou a deputada Joana Cartaxo-----

Intervenção da deputada Joana Cartaxo – PCP -----

Cumprimentou os presentes. Começou e disse que gostava de apelar de novo ao senhor Presidente da Mesa uma redução do número de pontos tratados em cada sessão, pois estavam a fazer serviço público e precisavam de ter tempo para estudar as matérias, que eram apresentadas e não tinham tempo suficiente para um estudo aprofundado. O tempo distribuído a cada partido, não era democraticamente correto quando tinham uma Assembleia de 20 pontos em que o PCP tinha quinze minutos para falar, não era de todo possível falar um minuto por ponto, se eles quisessem. Continuou e disse que dava a sensação que não havia a promoção do debate democrático e do serviço público. A proposta seria que houvesse mais sessões, com a redução de assuntos por sessão, no caso de manterem a distribuição dos tempos, embora soubesse que existiam Assembleias Municipais em que o tempo era definido por ponto atribuindo-lhe cinco minutos a cada um. Continuou e disse que se promovia mais o discurso e o debate democrático entre todos, que era isso que se pretendia. Agradeceu.-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que a redução do número de pontos estava nas preocupações deles. Chamou o deputado Rui Passadouro-----

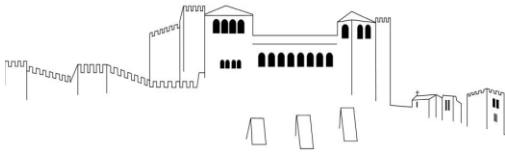
Intervenção do deputado Rui Passadouro – PSD/MPT -----

Transcrição: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia; Exmo. Sr. Presidente da CML; Exmo. Srs. e Sras. Vereadores; Senhoras e Senhores Deputados, Público aqui presente e que nos está a seguir *online*, Srs. Jornalistas, intérpretes da Língua Gestual Portuguesa os meus cumprimentos.-----

O nosso concelho ainda está a passar por uma situação grave em termos de resposta à procura de cuidados de saúde, sendo por isso inevitável que se volte a falar de saúde nesta Assembleia.-----

A comunicação social voltou a trazer a público as fragilidades dos serviços de saúde da nossa região. Refiro-me quer aos serviços dos cuidados de saúde primários, prestados



nas várias unidades funcionais do agrupamento de centros de saúde, mas sobretudo à situação crítica por que passa o Centro Hospitalar de Leiria.-----

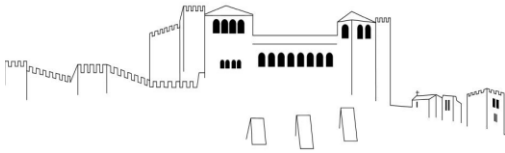
Todos sabem que em tempos de procura excessiva, relativamente à capacidade de resposta instalada, se devem acionar os planos de contingência, previamente elaborados e testados. Os centros de saúde reforçaram as equipas e os hospitais prepararam-se de igual modo. A capacidade de resposta dos centros de saúde não se esgotou, mas a urgência hospitalar chegou ao número impensável de mais de 600 admissões diárias, com o conseqüente colapso da resposta. Fecharam-se camas cirúrgicas, que foram afetadas à especialidade de medicina interna e cancelaram-se as consultas de medicina, afetando largas centenas de doentes, perto de 1 milhão. No entanto, os médicos e enfermeiros eram os mesmos, ou menos, porque no mês de janeiro e fevereiro há relato de especialista que rescindiriam o contrato.-----

Todos poderão ter um papel na resolução deste problema, ou seja, ser agentes de mudança em termos de literacia em saúde. Na verdade, os cuidados de saúde mais efetivos são prestados a nível dos cuidados de saúde primários, só devendo ir à urgência aquilo que é urgente. As "falsas urgências" chegam a atingir 40% das admissões, revelando sem dúvida um deficit colossal de literacia. Para elevar a literacia em saúde é necessário investimento, que lamentavelmente escasseia em todos os setores do estado. Não me parece, contudo, que o problema possa ser resolvido atacando apenas um dos seus determinantes. Já tive a oportunidade de dizer perante vós que o hospital de referência localizado no nosso concelho abrange uma população de cerca de 400.000 cidadãos. Dispõe de cerca de 600 camas de internamento. Contudo, o rácio de 1,5 camas por mil habitantes, ou 1,8 se considerarmos a resposta dos privados, fica muito abaixo da média portuguesa que é de 3,4 e da média europeia que é de 5,1. O Centro Hospitalar de Leiria tem uma capacidade instalada que é cerca de metade da média do país e cerca de 1/3 da média europeia. Com esta estrutura subdimensionada jamais seria possível uma resposta de qualidade.-----

Presentemente o Tempo Médio de Resposta para Primeiras Consultas Hospitalares com Origem nos Cuidados de Saúde Primários estão acima Tempo Máximo de Resposta Garantido (Normal - 150 dias.) Assim: Anestesia - 211 dias (60 pessoas em espera); ortopedia 309 dias (4.266 pessoas); dermatologia - 579 dias (2.441 pessoas); Ginecologia - 482 dias (624 pessoas); neurologia - 535 dias (1067 pessoas) -----

-No caso das cirurgias, Tempos Médios de Resposta para prioridade normal (Normal - Doença Não Oncológica - 180 dias): cirurgia geral - 159 dias (2121 pessoas); ortopedia - 140 dias (1196 pessoas), Otorrino 212 dias (321 pessoas); oftalmologia 126 dias (2576 pessoas).-----

Com tempos de espera além do esperado, os leirienses procuram a resposta fora de



Leiria. Os Hospitais da Universidade de Coimbra e o da Figueira da Foz são uma alternativa. Em 2013 cerca de 13,8% doentes internados no CHUC (8856) eram do distrito de Leiria.-----

A iniciativa privada na área da saúde, atenta às insuficiências do setor público, está prestes a oferecer mais uma resposta aos leirienses. Se o estado não cumpre a sua função, outros ocupam o seu lugar. Será isto mais um passo para a privatização do sistema de saúde?-----

Voltando novamente à nossa realidade, os centros de saúde têm sido reforçados com médicos e enfermeiros, mas continua a escassez de administrativos, curiosamente aqueles que na pirâmide dos vencimentos estão nos patamares inferiores. Apesar dos alertas constantes, o problema tarde em ser resolvido, com fortes constrangimentos diários, agravados nos períodos de férias.-----

Felizmente que os edifícios têm sido requalificados e alguns construídos de raiz, tendo a Câmara Municipal de Leiria assumido um papel de relevo.-----

A mesma atenção tivesse tido o nosso hospital, instituição estratégica para o nosso desenvolvimento. Já falámos nesta assembleia dos seus problemas e até aprovamos uma moção de apoio. Em termos práticos nenhum efeito.-----

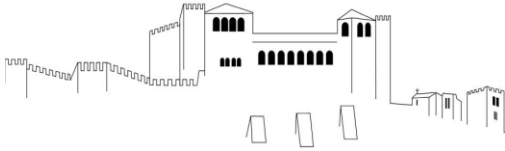
Sabemos que Leiria não é atrativa para os jovens médicos, os novos médicos não se fixam e os mais velhos mudam de hospital, tendo este facto reflexo direto nos baixos rácios de médicos e conseqüentemente na qualidade dos cuidados.-----

Pessoalmente gostava de trazer aqui a solução para os problemas do nosso hospital. Uma lista com ideias brilhantes e originais que facilitassem a consolidação das respostas em saúde. Não preciso de o fazer pois tudo foi identificado, e é profundamente conhecido. O conselho de administração publicou, em julho de 2018, o documento estratégico "Projeto Estratégico 2018-2022", que enumera um por um os problemas e apresenta a respetiva solução: expansão da consulta externa, alteração do bloco operatório, remodelação e expansão do serviço de urgência, expansão do internamento, entre outros.-----

Se bem se recordam este documento foi apresentado numa Assembleia da CIMRL e mereceu um forte elogio, na minha opinião merecido e justo.-----

Senhor presidente e senhores deputados. Temos vários problemas, temos as causas identificadas e temos as propostas de resolução. Por que se espera para intervir? A tutela não é sensível aos problemas de Leiria?-----

Temos que estar ao lado da população, dos profissionais, que se encontram esgotados (vários relatos de profissionais esgotados e a chorar), e também dos gestores, já que a resolução parece não estar ao seu alcance. Senhor Presidente, a sua influência é fundamental para ultrapassar este forte constrangimento. Para a solução pode contar



connosco. Contudo, a omissão representa um grave erro estratégico e político que, quer nós, quer os cidadãos leirienses jamais esquecerão. -----

No nosso Concelho, e em termos políticos, estamos a viver a tempestade perfeita, no sentido positivo, com a autarquia e o governo na mesma família política. Está na hora de abandonar a negação, pois problemas não reconhecidos, não têm solução, e colocar Leiria, os leirienses e a sua saúde em primeiro lugar.”-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e chamou o deputado Manuel Azenha.----

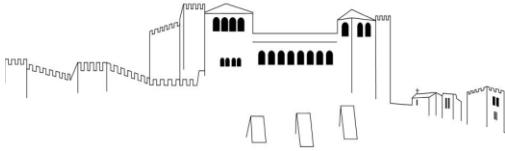
Intervenção do deputado Manuel Azenha – BE-----

Começou e disse que ia falar sobre a intervenção do aterro do Picheleiro e a movimentação de terras, que desconhecia por completo. Ouvia as explicações da vereadora Rita Coutinho e percebeu que existia um processo de licenciamento distinto da obra e da atividade, onde havia um parecer de nove entidades inclusive da Câmara que dava o seu parecer favorável. Disse, que não lhe parecia que tinha sido o que a D. Susana lhes tinha perguntado, mas sim as preocupações que tinha relativamente ao impacto ambiental que aquele aviário, com aquelas dimensões iria ter para a população e designadamente para o Concelho do de Leiria. Continuou e disse que Câmara Municipal fugia dos estudos de impacto ambiental constantemente, apesar que não ser legalmente obrigatório. Visto que os pareceres apresentados tinham sido favoráveis, pensava que o bom senso, no caso de um aviário das dimensões que ali lhes tinha sido comunicado, impunha um estudo de impacto ambiental pois, as diretivas Europeias iam todas no sentido da recomendação de estudos de impacto ambiental de obras de grandes dimensões, como o daquele aviário. Não gostaria de estar numa das próximas Assembleias Municipais a votar um pedido de declaração de interesse estratégico por parte da Lusiaves, relativamente àquela atividade ou a substituição desse estudo pela consulta pública, como era habitual. Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o aumento significativo de queixas, relativas à qualidade e quantidade das refeições escolares servidas ao abrigo do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares, em que consistia e quais eram os procedimentos de monitorização e validação das mesmas por parte do gabinete.-----

O senhor Presidente da Assembleia informou o deputado Manuel Azenha que a intervenção que tinha feito não tinha contado o tempo. Chamou o deputado João Cunha.

Intervenção do deputado João Cunha – PSD/MPT-----

Cumprimentou os presentes. Começou por felicitar o vereador Gonçalo Lopes, pois disse que quando fazia uma pesquisa no Google e escrevia Câmara Municipal de Leiria, aparecia sempre a fotografia dele e por isso queria-lhe dar os parabéns. Referiu-se então à presidente da UF de Monte Redondo e Carreira tinha ido ali outra vez, falar contra a política de Educação do Governo do partido que apoiava. Disse que a presidente devia



falar com o presidente da comissão política do PS no sentido de lhe resolver o problema, pois até aquele momento isso ainda não tinha acontecido. Continuou e disse que a munícipe Susana Monteiro tinha ido ali colocar um problema com a grandeza que todos tinham ouvido, relativamente à movimentação de terras. O senhor presidente não quis falar e deu a palavra à senhora vereadora, que disse que tinha tomado conhecimento ali, que existia essa movimentação de terras o que o deixou muito surpreso, uma movimentação de terras daquele tamanho e a vereadora não sabia. Lembrou também que era altura a propósito de questões ambientais, além do Picheleiro a situação da Mata dos Marrazes que estava cada vez a definhar mais, o ponto da situação do parque de campismo do Pedrógão e do envolvente depois da tempestade do Leslie, e em relação a este saber se estava a ser feita uma avaliação da concessão que tinha sido feita. Continuou e disse que perto da casa onde morava junto ao Aldi, tinha assistido a constantes infracções dos sentidos da estrada por parte de quem queria chegar à rotunda da Cruz da Areia, não sabia se era do conhecimento do Município, mas era preciso fazer um estudo simples, devido ao trânsito que vinha da zona da Quinta do Taborda e que pretendia chegar à rotunda. Sugeriu a resolução daquele problema, para evitar futuros acidentes, devido ao facto dos condutores violarem os sentidos de tráfego.-----

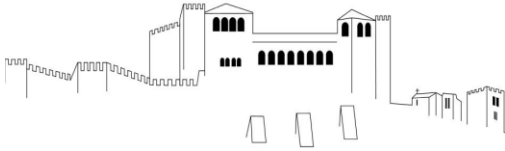
Intervenção da Presidente da UF Monte Redondo e Carreira Celine Gaspar -----

Cumprimentou os presentes. Dirigiu-se ao deputado João Cunha e tal como lhe tinha respondido em Regueira de Pontes ia voltar a fazê-lo, antes de ser militante de um partido era presidente de uma Junta de Freguesia e pertencia a um Concelho, portanto tal como num casamento, não tinha que concordar com tudo o que partido fazia, mas sobretudo tinha que defender os interesses da Freguesia e do Concelho. Disse-lhe também que devia fazer o mesmo, aceitar o pedido dela, no sentido de solicitar a colaboração de todos, independentemente das lutas partidárias e não a mandar falar com o presidente da Concelhia do Partido Socialista. Agradeceu.-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que a deputada Daniela Sousa tinha tido uma intervenção, que justificava um esclarecimento da parte da Câmara, que iria ser feito pelo vice-presidente.-----

Intervenção do vice-presidente da Câmara Gonçalo Lopes-----

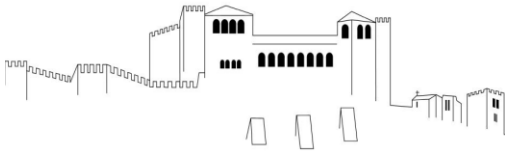
Cumprimentou os presentes. Começou e disse que queria esclarecer que o circo Cardinali estava em Leiria e cumpria a Lei. O que tinha sido aprovado tinha uma moratória de seis anos para ser cumprido. Os animais que o circo Cardinali apresentava estavam todos dentro da Lei e eram animais que no futuro estavam previstos com exceção dos elefantes, que eram da família afetiva, todos os outros eram cavalos, cães e póneis. Esteve no espetáculo e não sentiu nenhuma preocupação pois, foi um espetáculo



integrado na cultura circense e na cultura portuguesa. Disse que achava um exagero as preocupações que o PAN apresentava em relação àquela matéria, no que dizia respeito àquele espetáculo em concreto, que cumpria as questões legais atuais bem como as condições de segurança dos animais, que eram previamente vistoriados. O circo já era tradição em Leiria há muitos anos e naturalmente no dia em que a Lei entrasse em vigor daí a seis anos se continuasse a ter elefantes cumprir-se-ia Lei, até lá era bem-vindo em Leiria. Agradeceu -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que tinha terminado o período de antes da ordem do dia e iam começar o período da ordem do dia. Começou por esclarecer uma questão que tinha sido levantada numa sessão anterior. O artigo 51, regulava a duração do uso da palavra, no período da ordem de trabalhos. Previa efetivamente, que a mesa de acordo com a Comissão de Líderes pudesse fraccionar o período da ordem de trabalhos e atribuisse a cada ponto em função da sua relevância, fracciona-lo em períodos de tempo compatíveis com a sua importância e demora previsível, dessa discussão. Foi a opinião da Comissão de Líderes, não o fazer. O Presidente podia fazê-lo se a Comissão de Líderes não chegasse a acordo, mas a mesa também não o queria fazer, assim, deixavam ao cuidado dos grupos municipais, que soubessem distribuir o tempo em função da importância que davam a cada um dos pontos. Sobre o que tinha dito a deputada Joana Cartaxo, não podiam mexer nos tempos sem mexer no regimento, só com alteração do mesmo, os tempos constavam de um anexo ao regimento e eram em função dos resultados eleitorais, como sabia. Deveriam ir pela diminuição dos pontos da ordem de trabalhos ou então teriam que aumentar o número de sessões. Compreendia que uma ordem de trabalhos extensa, especialmente aos partidos de menor dimensão, expressão, não tinham realmente tempo para dedicar um minuto a cada ponto. As sessões já tinham tido menos pontos do que o habitual e esperavam que assim continuasse, que houvesse da parte da Câmara Municipal a intensão de que os pontos mais demorados como o da análise das contas, se pudesse prever uma Assembleia extraordinária para discutir os outros. A Câmara Municipal estava receptiva a melhorar essa situação. Começou o período da ordem de trabalhos, iam cumprir o edital com as alterações que tinha dito, os pontos que saiam os que não eram para votar, só para discutir. Iam começar com o relatório de contas do presidente da Câmara sobre a atividade do Município, nos termos da alínea c do número 2 do artigo 25º do anexo, 1ª Lei, 75/2013 de 2 de Setembro, era um assunto que não carecia de votação, e para o qual se podiam inscrever. Deu a palavra ao Presidente da Câmara, que disse que o relatório tinha sido cedido temporariamente, portanto, estavam disponíveis para qualquer esclarecimento que fosse seja necessário.-----

Intervenção da deputada Joana Cartaxo – PCP -----

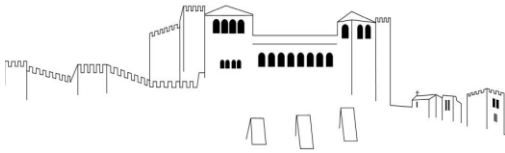


Cumprimentou os presentes. Começou e disse que relativamente ao relatório de atividades da Câmara queria deixar três notas a primeira nota e que tinha sido cometido um grave atentado urbanístico e ambiental com a implementação da nova loja da Leroy Merlin e com a sua loja do continente em construção nas antigas instalações de Proalimentar. Foram destruídas as zonas verdes que haviam na Proalimentar, que embora abandonadas produziam oxigénio e sustentavam a biodiversidade local. Agora, existia mais tráfego viário, mais poluição, nenhuma zona verde e os solos totalmente impermeabilizados. A acessibilidade piorou, naquela espécie de rotunda onde já tinha apanhado de frente dois carros, porque não se conseguia entender se era uma rotunda ou um cruzamento. A arquitetura e a acessibilidade nas zonas eram bizarras, queriam saber que medidas paliativas iriam ser tomadas na área onde residem milhares de pessoas, para que pudessem ter mais qualidade de vida e que o ambiente urbano pudesse então melhorar. A segunda nota tinha que ver com o autocarro que vem de Alcobaca e passa por A-do-Barbas e levava as crianças para a escola da Maceira, não tinha feito esse percurso no mês de dezembro e janeiro, tinha-lhes chegado aquela informação, não contando com os dias de greve. Por outro lado, o autocarro que devia vir até Leiria, deixava as pessoas na Maceira e seguia para outro destino o Juncal. Quem queria ir para Leiria tinha que apanhar um outro autocarro que várias vezes vem e nem o motorista sabia qual era. Exigiam que a Câmara porque detinha a responsabilidade dos transportes escolares daquelas crianças, tomasse as medidas para que aquela situação não se voltasse a repetir e junto da Rodoviária resolvesse o problema daquela ligação a Leiria. A terceira nota tinha que ver com a notícia que leram no jornal da visita oficial de um vereador à China. Nunca lhes tinha sido dado conhecimento desse facto nem nos relatórios de atividade encontraram essa informação. Acreditavam que as representações oficiais ao estrangeiro não eram só passeio portanto, gostavam de saber qual tinha sido o objetivo daquela viagem concretamente, quem compunha a delegação quanto tempo demorou, quanto custou e quais eram os resultados que se obtiveram com a mesma. Achavam que existiam viagens e deslocações oficiais ao estrangeiro que deviam de constar naquele relatório de atividades. Agradeceu.-----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e chamou o deputado Manuel Azenha-----

Intervenção do deputado Manuel Azenha BE -----

Começou e disse que tencionava ser parco em intervenções e ia pronunciar-se sobre o primeiro ponto. No decorrer daquela Assembleia Municipal foi-lhes pedido para se pronunciarem sobre um conjunto de candidaturas a fundos europeus e revisão orçamental da Câmara. Já tinham manifestado a opinião deles, sobre aquela metodologia da Assembleia e chamaram a atenção para a insuficiência de informação acumulada num exel, sem qualquer referência clara às intervenções a fazer e sobretudo

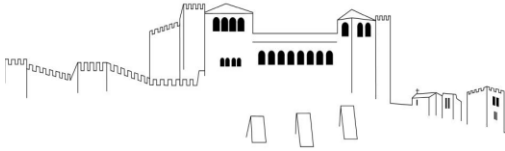


sem tempo. Lembrou que não eram a Assembleia da República não tinham os meios deles nem eram profissionais daquele ofício, insistir naqueles procedimentos era limitar a função fiscalizadora daquela Assembleia e acentuar as características menos democráticas do poder local. Continuou e perguntou ao senhor Presidente, que intervenção estava prevista para o que chamavam de, sistema urbano do eixo comercial e envolvente da Avenida Heróis de Angola, com uma comparticipação prevista de mais de €5 milhões de euros e com um orçamento superior a €13 milhões de euros. O que se pensava fazer no âmbito do sistema viário da Avenida Nossa Senhora de Fátima e Avenida Humberto Delgado. Seria uma forma subtil de concretizar o plano de mobilidade de má memória. Que planos eram aqueles apelidados de inovadores de combate ao insucesso escolar. O senhor Presidente tinha consciência de que, as informações que dispunham sobre os investimentos a realizar em Leiria, designadamente da Rede Cultural intervenção na Igreja de São Pedro e no Castelo, se deviam mais à comunicação social local, do que à informação institucional. Não estava a exigir o mundo estava a pedir que repensasse o modo como informar aquela Assembleia, para que pudessem discutir política no seu sentido mais nobre o da gestão da polis e sistemas atuais, procedimentos que reiterava, limitavam a função fiscalizadora daquela Assembleia. Gostava de frisar os aspetos positivos do relatório que apresentava, congratularam-se que os contratos de comodato mantinham os antigos edifícios escolares nas esferas públicas, recusa de desistência das regiões inteiras que foi regra naquele país. Congratularam-se que se tinha iniciado a intervenção na Lagoa da Ervedeira, bem como com a saúde financeira da Autarquia local. Lamentou que não fosse mais usada para repensar o ordenamento da Cidade e do Concelho, facilitando aquelas pequenas coisas que faziam o quotidiano dos munícipes. Uma melhor articulação dos transportes de Freguesias e entre Concelhos, reorganização da rede escolar, que permitisse uma maior facilidade de acesso das crianças e das famílias e que contribuía para diminuir os problemas de trânsito. Melhorar da alimentação das cantinas escolares privilegiando os produtos e fabrico de proximidade. Maior investimento na estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, uma gestão cultural, mais virada para o apoio e estímulo dos criadores locais, que terão que ser quer queiram, quer não, o único alicerce sólido de uma eventual Capital Europeia da Cultura. Concluiu, que a confiança nas instituições públicas conquista-se, com a capacidade que revelassem para resolver os problemas do quotidiano dos cidadãos. Agradeceu -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e chamou o deputado João Cunha -----

Intervenção do deputado João Cunha – PSD/MPT-----

Começou e pediu dois esclarecimentos relativamente à parte financeira do relatório a primeira tinha que ver com as verbas correspondentes às receitas de publicidade que

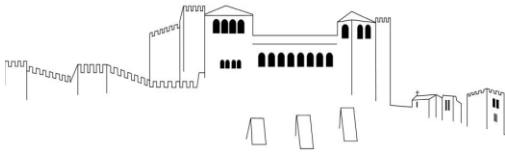


tinham tido uma quebra em 2018 de €60,00 mil euros para €28,00 mil euros, estavam a falar de um valor muito significativo, que se corresponder a uma redução das cobranças da publicidade que tinha sido o desafio que o vereador Fernando Costa tinha pedido, que reduzissem os encargos aos comerciantes, ou se tinha sido pelo facto de terem retirado muitos dos anúncios publicitários. A segunda pergunta tinha que ver com a despesa corrente que tinha aumentado significativamente e notava-se um aumento em relação à despesa com o pessoal e aquisição de bens e serviços. Agradeceu -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e deu a palavra ao Presidente da Câmara

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Raul Castro -----

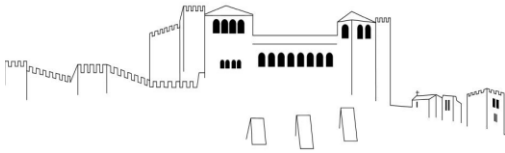
O senhor Presidente começou por responder à deputada Joana Cartaxo e disse que em relação ao projeto Leroy Merlin, cumpriu as regras urbanísticas, não existiam motivos para não aprovar o projeto. Em relação ao autocarro iam tentar perceber o que tinha acontecido pois, não tinham essa informação. Continuou e disse que o vereador Gonçalo Lopes tinha ido à China. Explicou que têm tido uma grande abertura com as cidades de todo o mundo, com resultados positivos e eficazes com aquela postura, embora por vezes fosse mais lento e deixava-se de manter esse relacionamento. O que têm feito ao longo dos anos era, abrir portas para tentar levar nos empresários do Concelho a estabelecer negócios, tinham alguns exemplos naquela matéria e apostar na troca de experiências a nível cultural, com essas cidades. Era esse trabalho que estavam a fazer e que teria algum custo, tentavam minimizar os custos mas com a globalização queriam estar de portas abertas para os outros. Em resposta ao deputado Manuel Azenha as obras previstas para a Avenida Heróis de Angola, passava por uma remodelação de todas as infraestruturas, uma parte que tinha mesmo que ser feita porque tinham situações muito complicadas no subsolo e antes que acontecesse uma tragédia, aquela intervenção não podia atrasar mais. Mais tarde haveria de aparecer uma proposta, que pretendia captar público a frequentar a Avenida Heróis de Angola, nomeadamente no comércio, zona que foi há muitos anos o ex-libris da cidade e que tinha decaído depois da abertura do Leiria Shopping e contrariou os efeitos comerciais naquela zona. A versão dos comerciantes era que, o Leiria Shopping seria o responsável por esse declínio, em parte sabiam que era assim por causa dos horários, pela oferta e capacidade de atração dos clientes, o que a Avenida Heróis de Angola não tinha pois, existiam edifícios que há trinta anos não sofriam qualquer transformação. O que a Câmara queria era tentar recuperar a imagem de outrora, era o momento de tornar aquela zona pedonal, a transição dentro da cidade sempre que possível num percurso de um único sentido, à semelhança de muitas cidades europeias. Entendia que algumas pessoas eram antagónicas àquela ideia por querem manter o *status*, mas a Câmara assumiu que tinha que fazer algo pela Avenida Heróis de Angola e pelo centro da cidade. Continuou e disse



que o Leiria Shopping não era mais do que um espaço com duas ruas cobertas e fechadas ao trânsito, além da vantagem de encerrar à meia-noite, e o comércio tradicional fechava às dezanove. A Avenida Nossa Senhora de Fátima e a Avenida Humberto Delgado estava para ser lançado o procedimento. Era altura de se fazerem as intervenções, que uma parte decorria de um grupo de trabalho que já existia e iam trabalhar naquele sentido. Em relação aos transportes, delegaram na CIMRL o estudo de todo o tipo de transportes coletivos que atravessava o território, para verem que melhorias é que iam ser feitas. O Mobilis ficava de fora pois tinha características diferentes da circulação, urbana, estavam a tentar melhorar e aperfeiçoar para darem respostas ao fluxo de trânsito que se sentia no centro da cidade, queriam criar factores de dissuasão. Junto à rotunda Dom Dinis estava negociada a parcela para fazer um parque de estacionamento à entrada da cidade, na zona sul. Surgiram problemas com a Direção-Geral do Tesouro e não tinha sido possível resolvê-los, esperava que com a transferência de competências pudessem obter finalmente aquele espaço. Na zona norte existia um parque junto ao Hospital Santo André que era também para ser objeto de intervenção. Junto ao Mercado Municipal e ao Estádio tínhamos parques gratuitos. Outra solução passava por fazer um silo na Avenida 22 de Maio, todas estas hipóteses iam no sentido de tirar muitos carros de ruas com problemas de estacionamento, esperavam então que o Mobilis pudesse fazer a transição entre esses parques de estacionamento e o centro da cidade. Estava a ser estudada a possibilidade de apoiar e levar as pessoas a utilizarem mais os transportes coletivos. Sobre as refeições escolares iria ser a vereadora Anabela Graça a intervir. Em resposta ao deputado João Cunha, aquele era o relatório do primeiro mês e tinham que perceber o que é que ia acontecer se estavam em falta pagamentos o levantamento que iria ser feito no final do primeiro trimestre.---- O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e deu a palavra à vereadora Anabela Graça.-----

Intervenção da vereadora Anabela Graça-----

Cumprimentou os presentes. Começou por dizer que relativamente à questão levantada pelo senhor deputado do BE, como é que era feito a monitorização do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares. Todos os dias, quando refeições chegavam às escolas e jardins-de-infância, a coordenadora de cada um dos estabelecimentos tinha o compromisso com o município, de verificar as condições da qualidade e quantidade da comida que chegava. Se existisse alguma irregularidade relativamente à quantidade ou qualidade comunicava de imediato com a empresa que estava responsável pela alimentação, ou com o município, no caso de a refeição não estar a ser servida pela Uniself. No caso de ocorrer alguma situação anómala, acionavam os meios para corrigir essa situação, antes das crianças iniciarem a sua refeição. Existia

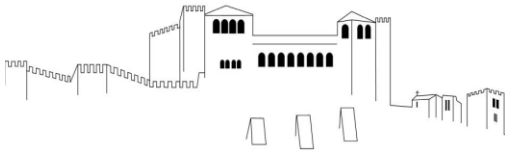


esse compromisso de todos os Agrupamentos de Escolas, com o Município. O gabinete que apoiava as refeições escolares tinha uma técnica que analisava diariamente as ementas e apresentava todas as reclamações caso não cumprissem as normas estabelecidas e se fosse sinalizado pela escola, comunicavam às entidades que estavam a gerir o programa das refeições escolares com a Câmara. Tinham uma nutricionista que ia sempre que havia um alerta, às escolas no dia seguinte, para avaliar qual tinha sido o problema que tinha sido identificado, mesmo que tenha sido resolvido em tempo útil. Continuou e disse que havia uma nutricionista, do programa de promoção de apoio ao sucesso escolar, que tinha sido colocada numa equipa multidisciplinar, que até ao final do ano iria visitar todas as escolas e jardins-de-infância do Concelho, não só para acompanhar a refeição, mas promover com as crianças alguns programas, nomeadamente lanches saudáveis e alimentação saudável. Era aquele o processo que diariamente estava a funcionar no Município, para além de terem uma empresa externa, SGS, que sem aviso prévio e no processo de amostragem que era feito pelo Município, também ia visitar alguns refeitórios escolares e cozinhas. Agradeceu -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e passou para o Ponto número 2, que era o único ponto da ordem de trabalhos que era apresentado pela própria Assembleia e não pela Câmara. Referia-se ao **Orçamento Participativo 2019/2020** onde era proposto uma alteração à carta de princípios e normas de participação. Como tinha acontecido nas Assembleias de fevereiro, vinha sempre uma proposta nesse sentido para a edição do ano seguinte, do orçamento participativo. Eram os contributos do júri que tinha lidado com o processo do ano anterior e que propunha para melhorar essas mesmas normas. Aquela proposta, informava o montante do orçamento participativo, que era indexada às despesas de capital, 1,5% e ao qual acrescia o remanescente do ano anterior. Para o ano de 2019/2020 o valor a atribuir seria de, €447.444,22 cêntimos.-----

Intervenção do deputado Acácio de Sousa – PS -----

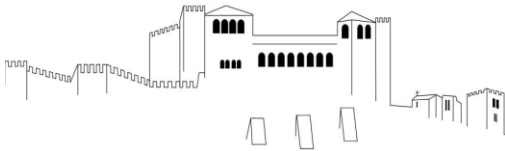
Cumprimentou os presentes. Começou e disse que em relação ao Orçamento Participativo 2019/2020, tinha sido muito debatido e com muito empenho por parte daquela Assembleia Municipal, naturalmente, que a carta de princípios e as normas de participação tinham vindo a ser melhoradas. Existia um contínuo de melhorias que tinha que ser levado em conta permanentemente. Na Assembleia Municipal a 30 de abril passado tinham votado por unanimidade alguns dos princípios, que deveriam incorporar as normas de participação e também votaram a possibilidade da criação de um grupo de trabalho, com sede na Assembleia, que pudesse estudar mais aprofundadamente alguns equilíbrios, no que tocava à votação para a seleção das propostas virem ser beneficiadas. No que dizia respeito às normas de participação, apresentadas pelo júri do orçamento participativo para o ano de 2018/2019, existiam três questões que tinham



sido detetadas votadas por unanimidade naquela Assembleia, em 30 de abril passado. Essas normas de participação que, de alguma forma poderiam estar subjacentes ao texto do articulado e que entendiam que podiam estar mais explícitas, depois de algumas trocas de impressões que teve informalmente, com alguns deputados municipais das várias bancadas tinham chegado a um acordo. Em relação à entrega das propostas por parte dos cidadãos tinham votado também aqui possibilidade de as mesmas, poderem ser entregues nas Juntas de Freguesia e nas sedes das Uniões de Freguesias. No ponto 6 das normas de participação, alínea b i) deveria caber um item, onde desse a possibilidade de os cidadãos poderem entregar nas Juntas de Freguesia e nas sedes das Uniões de Freguesias, sendo remetidas por estas, à Câmara Municipal acompanhadas das respetivas atas. Nesse ponto 6 alínea b) 2, que dizia que as propostas deviam ser da autoria dos cidadãos em conformidade com o número quatro, devia ser remissivo para o número três. No mesmo ponto foi dito que se as propostas deviam ser da autoria dos cidadãos deviam situar-se fora da esfera de responsabilidade direta, de qualquer serviço da administração central, ali votaram administração central e local. No ponto número 7, não se consideravam as propostas dos cidadãos, que configurassem apoios ou serviços de entidades concretas.-----

Intervenção do deputado Pereira de Melo do PSD/MPT -----

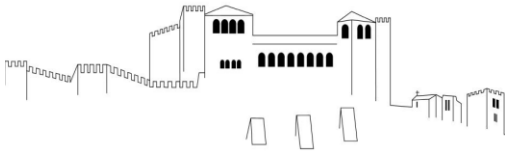
Cumprimentou os presentes. Começou e disse que ia apresentar dois pontos. Um dos pontos referente com os objetivos alínea c) adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas da população, tendo em conta os recursos disponíveis, ali da população devia estar do Concelho, de contrário ficava extensível, pois nas normas de participação, existia no número 3, participantes no orçamento participativo, podiam participar todos os cidadãos que entendessem expressar-se manifestando o seu interesse ativo. O perigo existia no facto de por exemplo, uma Freguesia tinha um projeto e não tinha número de votos suficientes, mas podia recorrer a uma Freguesia do Concelho de Pombal ou da Marinha Grande, porque todos os cidadãos podiam votar. Aquela situação podia destruir, ou tornar muito importante, outro projeto. Devia colocar-se que podiam participar todos os cidadãos inscritos do Concelho. Podia apresentar um projeto para uma determinada zona, se tivesse um grupo de amigos bastante forte noutra zona vinha com eles votar e conseguia aprovar o projeto, porque tinha mais votos. Ali não existia uma distinção, ou um ponto que especificasse o corte dessa possibilidade, no sentido de prevenir um acontecimento desses. No 2 c) devia-se colocar população do Concelho, no número 3 a), poderiam participar todos os cidadãos, mesmo os que são de fora do Concelho mas trabalhavam lá, não se devia cortar o voto a esses cidadãos. No ponto 6 alínea b), faltava, as propostas dos cidadãos tinham que obedecer cumulativamente aos seguintes requisitos, 1 serem apresentadas em formulário próprio,



o formulário não estava ali anexo, mas devia estar. Agradeceu -----

Intervenção do deputado Micael de Sousa – PS -----

Cumprimentou os presentes. O Orçamento Participativo tinha sido em tempos uma grande inovação no que tocava à promoção da democracia participativa, mais do que simplesmente poder ter sido uma forma de direcionar investimentos financiados pelo Orçamento Municipal, pretendia ser uma forma de incentivar a participação cívica local direcionada para projetos concretos. Existiam vários modelos de incentivo à participação cívica, o Orçamento Participativo era apenas uma dessas formas e mesmo dentro dos modelos de Orçamento Participativo existiam vários modelos. Assim se o objetivo foi realmente avançar com o reforço da democracia participativa local, deviam começar a desenhar mais formas de concretizar essa vontade, alternativas não faltavam. No presente regulamento havia uma referência às assembleias participativas, o que indiciava uma abertura para novas formas de concretizar o orçamento participativo em Leiria. Nesse sentido deixava a sugestão de aproveitar a oportunidade, para implementar novas formas de democracia participativa, tendencialmente mais colaborativas, geradora de consensos, construção coletiva de ideias e projetos, para Leiria. Em Leiria, havia uma experiência nestes novos modelos de projetos de debate e construção colaborativa, propostas para objetivos concretos com o devido apoio técnico. No projeto UrbanWins, gerou-se uma experiência técnica e que podiam transferir para outros projetos. Leiria era o único Município português, que tinha participado naquele projeto Internacional, da União Europeia. Podiam resumir a metodologia aplicada em sequências de reuniões presenciais, em que propostas eram debatidas e desenvolvidas em grupos heterogéneos, consequências de votações entre os participantes e num contínuo aprofundamento e melhoria das propostas. Aquele processo interativo deu-se através de formulários de preenchimento conjunto, recorrendo a votações, até que surgissem propostas finais sólidas e produtos do consenso. Gerava-se conhecimento e registo durante todo o processo. Com apoio técnico, para que as boas ideias não morressem à partida, mas que pudessem ser desenvolvidas e até poderem ser concretizadas, solidamente fundamentadas e apoiadas pelos consensos gerados no processo, que podia ser feito para projetos para todo o Concelho, especificamente para as Freguesias ou áreas temáticas. Podia haver uma dotação financeira, para projetos aprovados daquela maneira e por aquela metodologia, que complementava assim o formato do Orçamento Participativo existente. Ao aplicar um modelo daqueles, promoviam ideias de pessoas que não estavam ligadas a grupos que mobilizavam votos. Permitia-se a aproximação social, pois todos podiam participar de forma a testar e reunir apoio, para as suas ideias, podiam melhorá-las e até desistir delas, para ajudar a

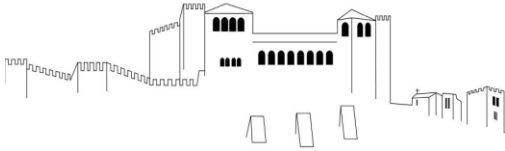


desenvolver outras que achavam melhores. Evitava-se assim uma competição que gerava vencedores e vencidos, mas que criava projetos coletivos de todos e para todos. Deixava a sugestão, para que o regulamento Orçamento Participativo fosse posteriormente revisto, constituindo-se um grupo de trabalho para que aquelas e outras questões pudessem ser abordadas. Mostrou a sua disponibilidade, conhecimento e experiência naquelas metodologias, para ajudar a criar novas propostas, ferramentas de participação e colaboração cívica, para nosso território. Agradeceu.-----

Intervenção do deputado Acácio de Sousa – PS -----

Começou e disse queria deixar uma nota à intervenção do deputado Pereira de Melo, sobre a ideia de serem os cidadãos do Concelho a votarem as propostas. Depois de amadurecer acabaram por entender, que não era exequível porque, como é que se ia controlar se o cidadão que ia votar era do Concelho ou não. Existia um outro argumento teórico, uma proposta podia ser muito local, mas ser de interesse nacional, estavam ali com um princípio democrático.-----

O senhor Presidente da Assembleia continuou e disse que o problema dos Regulamentos era aquele mesmo, não era muito fácil chegar a uma conclusão quando existiam opiniões díspares. Tinham propostas de alteração apresentadas pelo deputado Acácio de Sousa, pelo deputado Pereira de Melo e não lhe parecia fácil agilizar uma proposta única para apresentar ao júri, naquele momento. Questionou o deputado Pereira de Melo se queria colocar por escrito as alterações para serem votadas naquele dia. O deputado Pereira de Melo disse que a proposta de anexar o documento em falta, era fácil, na medida em que ele já existia mas que não o tinha encontrado. O senhor Presidente da Assembleia disse que ele existia na internet, mas não tinha havido necessidade de o colocar ali, pois o que estava em causa era o articulado. O deputado Pereira de Melo, continuou e disse que em relação ao outro ponto concordava com o deputado Acácio de Sousa era de execução praticamente impossível, mas estava a chamar a atenção que podia acontecer e o júri que ia apreciar podia estar já com atenção a essa situação, à residência não se podia fugir e pelos cidadãos que estavam inscritos em Leiria ficavam muitos que não votavam. O senhor Presidente da Assembleia continuou e disse que em relação à proposta do deputado Miguel de Sousa, não tinha possibilidades nenhuma de entrar, naquele dia porque não era um ponto da ordem de trabalhos. Sugeriu-lhe que fizesse uma proposta dessas no período antes da ordem do dia na próxima Assembleia, que iria a tempo. Já não era eficaz o que fizessem para o Orçamento Participativo 2019/2020. Para a proposta desse grupo de trabalho ser votada, pediam para ir para a ordem do dia, ou para ser apresentada no período antes da ordem do dia, que com certeza seria aprovado pois, todos queriam melhorar aquela articulação. Disse então, que iam aprovar as propostas que o grupo de trabalho fez e apresentar-lhe as recomendações que foram



subjacentes àquela sessão. Encarregou-se de ouvir as intervenções de cada um e fazer chegar ao júri os subsídios para melhorar o articulado. Colocou à votação e foi aprovado por maioria, com uma abstenção do PCP. Continuou para o ponto número **3 Declarações de caráter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março – CML**, para conhecimento da Assembleia e perguntou ao senhor Presidente se queria intervir. O senhor Presidente esclareceu, que todos os anos tinham que demonstrar que todos os compromissos plurianuais estavam devidamente registados na base de dados e das entidades a quem tinham que fazer aquela comunicação. O senhor Presidente da Assembleia continuou para o ponto número **4 Declarações de caráter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 22-2015, de 17 de março – SMAS**, conhecimento da Assembleia Municipal e perguntou se alguém se queria inscrever.-----

Intervenção do deputado João Cunha – PSD/MPT-----

Começou e solicitou um esclarecimento sobre o ponto número três que tinha que ver com algumas situações de atrasos, que se verificavam há algum tempo. Declaração alargada de recebimentos em atraso em 31 de Dezembro de 2018. Existiam verbas que encontrava na listagem de ações movidas pelo Município às entidades no sentido da sua cobrança, mas existiam outras verbas, que eram recorrentes a constar naqueles mapas e que não sabiam o que eram. Estavam situações muito antigas, aparecia UF de Leiria, Pousos Barreira e Cortes, AMLEI - Associação de Solidariedade Académico de Leiria com verbas significativas, Tomás Taveira SA, Selima Cabeleireiros, também com €7 mil euros, União de Leiria SAD, a Federação Portuguesa. Queriam perceber porque é que durava há tanto tempo e pediam uma explicação. Agradeceu.-----

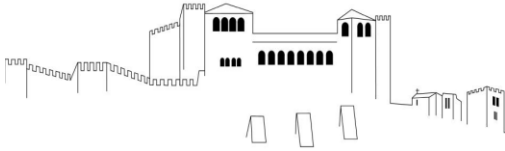
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Raul Castro-----

O senhor Presidente esclareceu que eram dívidas que tinham transitado da Leirisport, não existiam bens para penhorar, daí a dificuldade de na maior parte delas, poder existir a cobrança das mesmas, iam manter-se até transitarem em julgado.-----

O primeiro secretário José Alves continuou a sessão e seguiu para o ponto número **5. 1ª Revisão ao Orçamento 2019 e às Grandes Opções do Plano 2019-2022 – SMAS** e deu a palavra ao senhor Presidente.-----

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Raul Castro-----

Começou e disse que os SMAS tinham apresentado em 31 de dezembro de 2018, um saldo de gerência de €11.048.995,74 euros. Aquele saldo de gerência depois de feita a correção, pela diminuição do valor inscrito na receita para o consumo de água e também da participação comunitária, havia cerca de €3.212.955,00 euros, que se tinha aproveitado o saldo de gerência para corrigir e fez-se chegar aquelas estimativas aos valores que poderiam ser efetivamente os reais. Assim os €7.836.000,00 euros, que



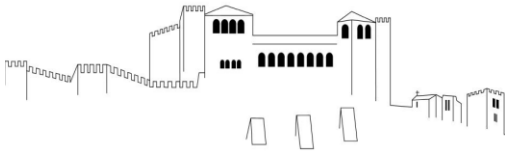
constituía a verba efetiva que alterava o orçamento da despesa e plano plurianual de investimentos, era aplicado em instalações de serviços, €200 mil euros em sistemas de drenagem de águas residuais, estava à disposição deles a proposta de modificação do investimento plurianual que dizia onde é que aquele dinheiro ia ser gasto. No caso do saneamento, €3.801.000,00 euros, um €1 milhão para o Sistema dependente da ETAR de Olhalvas-Redes dos lugares de Lagoa da Pedra, Feijão, Casal do Monte, Raposeira, Valongo, Leão, Longra, Fonte do Oleiro, Figueira do Outeiro. Vão ser gastos €1 milhão para a Rede de drenagem da Bacia 37 Lugares da freguesia de Monte Redondo, €1 milhão para o Lote A e D - Rede de coletores das localidades de Bajouca (parte), Água Formosa (parte), Loural, Bajouca de Cima, Moital, Vale da Bajouca, Gaspara, Marinha do Engenho, €300 mil euros, para as Redes de colectores dos restantes lugares. Vão ser gastos €500 mil euros, para a Rede de saneamento nos lugares da Opeia, Tubaral e Freiria, parte. €3.836.000,00 euros iriam ser aplicados, €500 mil euros na regulação e operação de redes, €185 mil euros na Conduta adutora Outeiro Ladrões – Longra; €900 mil euros, na Conduta elevatória Monte Redondo – Praia do Pedrógão; €110 mil euros na estação elevatória EE20 Gândara – Marrazes; €215 mil euros, na Conduta elevatória Gândara – Milagres; €405 mil euros, na Conduta elevatória Boavista – Outeiro Ladrões; Estação elevatória da Gândara – Marrazes €40 mil euros; na Gândara – Milagres, €30 mil euros; estação elevatória da Boavista – Outeiro. A regulação da conduta e o controlo e redução de perdas, €750 mil euros; sistema de telemetria, €500 mil euros; construção de zonas de medição e controlo, €250 mil euros; Reabilitação de rede de abastecimento de água – Maceira, €500 mil euros. Era ali que se ia gastar o dinheiro. Continuavam a fazer as redes de saneamento que faltavam no Concelho, para garantir a qualidade de vida a que todos tinham direito, se houvesse financiamento comunitário, seria possível até 2022 concluir a rede com a taxa que a entidade reguladora exigia.-----

O senhor Presidente da Assembleia continuou e chamou o deputado Pereira de Melo.-----

Intervenção do deputado Pereira de Melo – PSD/MPT-----

Transcrição:-----

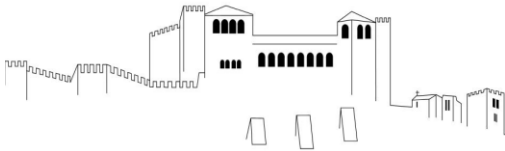
“Esta é a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento tendo em vista a introdução do saldo da gerência de 2018. O Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria para 2019, que esta Assembleia, aprovou em Novembro de 2018, com a presente proposta de Revisão Orçamental, será alterado para €32.683.305,00, isto é mais €7.836.000,00, do que a proposta original de €24.847.305,00. Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento delinearam, para o quadriénio 2019-2022, objetivos estratégicos que vão de encontro à missão dos SMAS em assegurar continuamente o serviço de



abastecimento público de água e de saneamento no Concelho de Leiria, com sustentabilidade económica, eficiência, diligência e sentido de responsabilidade social e ambiental. Assim os principais objetivos dos SMAS são cumprir as seguintes linhas orientadoras para o próximo quadriénio: fornecimento de água de qualidade, sempre e em todos os locais de consumo; redução de perdas de água; ligação de todos os prédios à rede de saneamento e à rede de abastecimento de água existente; modernização dos serviços e a aproximação ao cliente. O Plano Plurianual de Investimento (PPI) elaborado para os próximos anos de 2019 a 2022 apresenta, sem estabelecer o seu nível de importância e urgência, como principais elementos de base os seguintes: desenvolvimento do reforço das infraestruturas de abastecimento de água visando a articulação/integração do sistema de distribuição de água municipais existentes no Sistema Regional de Abastecimento de Água; concretização do desenvolvimento e expansão do saneamento no concelho; O PPI e PAM devem também hierarquizar as necessidades e fixar as prioridades de atuação nestes domínios em função dos recursos disponíveis. No que diz respeito ao PAM, apresenta para os próximos anos de 2019 a 2022, as atividades mais relevantes para o normal e bom funcionamento dos SMAS, destacando-se, a aquisição de água e o tratamento de efluentes. Sucede que não encontramos nos documentos dos SMAS definidas mais prioridades de actuação para as restantes rubricas. Deste modo, a atribuição de reforços de verbas a cada actividade apresentada nos mapas, não é possível de ser avaliada. Lendo a presente proposta "1ª Revisão ao Orçamento" rapidamente se conclui que ela não é suscetível de ser analisada e como tal votada de um modo esclarecido. A distribuições de verbas pelas diferentes rubricas, feita utilizando apenas números redondos, que muitas vezes se repetem, indicia que o critério de distribuição utilizado foi apenas o de procurar dividir o quantitativo disponível pelas diferentes rubricas de modo à soma total igualasse o saldo disponível. Este critério não permite avaliar qual é a importância e ou urgência de cada obra e deste modo avaliar a qualidade da revisão do orçamento proposta. Deste modo, perante a impossibilidade de os deputados do PSD tomarem uma decisão consciente, em termos de avaliação da distribuição da verba, vão abster-se". -----

Intervenção da deputada Telma Curado – PS-----

Cumprimentou os presentes. Começou por dizer que relativamente à presente proposta de revisão orçamental a dotação corrigida do orçamento dos SMAS para 2019, seria alterada para €32 milhões de euros, aproximadamente uma vez que a introdução do saldo de gerência no orçamento da receita no valor de €11 milhões de euros a fazia com que aquilo acontecesse. No montante global de saldo de gerência iriam ser aplicados em novos investimentos cerca de €8 milhões de euros, sendo o remanescente usado para pagar compromissos investimentos em curso, nomeadamente o saneamento da Bajouca,

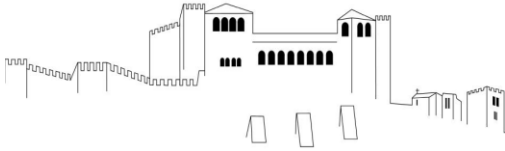


Sismaria, Carreira, Riba de Aves, Moita da Roda, Assenha, Chã da Laranjeira, Conqueiros. Assim, o que importava ali salientar era que do referido montante, cerca de €8 milhões de euros seriam aplicados nas seguintes rubricas de despesas de capital, novos investimentos. Para as instalações de serviços, obras de beneficiação do armazém dos SMAS vão ser gastos €300 mil euros; sistemas de drenagem das águas residuais de €3.800 mil euros; captação e distribuição de água €3.336 mil de euros e outros nomeadamente, que serviram para a remodelação da rede de água e saneamento do Concelho, no valor de €500 mil de euros. Com aquele reforço do plano plurianual de investimento pretendia-se, 1º a conclusão da rede de saneamento na zona norte do Concelho por forma a atingir os 95% por cento, de taxa de cobertura de saneamento para o Concelho, 2º a redução das perdas de água através da requalificação da rede de água existente. Em 2019 seriam requalificadas, parte da rede de águas da Maceira, no montante de, um €1.350 mil euros; reabilitação da rede de água na Rua Principal da Boavista; €1.200 mil euros, na construção de uma nova conduta adutora entre o Monte Redondo Pedrógão e a construção de uma nova conduta elevatória, entre a Gândara e Outeiro dos Ladrões. A aquisição de contadores inteligentes que seriam instalados cerca de dez mil, em toda a cidade e a criação de cerca de cinquenta e duas zonas de medição e controlo para monitorização das perdas de água. Pretendia-se com aquele reforço do plano plurianual de investimentos também a beneficiação das instalações municipais.----

Intervenção do Presidente da Câmara Raul Castro-----

O senhor Presidente disse o que estava ali em causa era a introdução de um saldo, e esse dinheiro ia ser aplicado conjugado com o orçamento do ano anterior criava-se um valor e dizia-se onde ia ser aplicado. Era essa a responsabilidade que lhes competia tanto para os SMAS, como para a Câmara. Era o que determinava o 8.3.1 do Pocal que mandava inserir o saldo de gerência, tinham que justificar a introdução. A parte do saneamento estavam na reta final e em 2022 se tudo corresse bem, se houver apoio comunitário, fechariam o ciclo do saneamento. A aposta teria que ser forte na reabilitação das suas redes de abastecimento de água, pois já tinham muitos anos e ia ser aquele o caminho a seguir. As prioridades eram, para o que faltava fazer.-----

O senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número 5 a votação foi aprovado por maioria com treze abstenções do PAN, BE, PCP, CDS, PSD. Continuou para o ponto **6. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos** para conhecimento. O senhor Presidente esclareceu que à semelhança do que era feito nos outros anos em relação aos SMAS, e ao Município, o que se pretendia era que fosse permitida a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos, de valor até €99.758,58 cêntimos e serem apresentados à Assembleia Municipal, a relação de todos aqueles compromissos assumidos nessas circunstâncias.-----

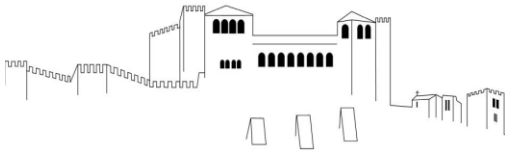


----- O senhor Presidente da Assembleia continuou para o ponto **7. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais 2018 – Listagem de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento**, deu-se conhecimento à Assembleia. Continuou para o ponto número **8. IV Modificação ao Orçamento Municipal de 2019 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita -1.ª Revisão Orçamento da Despesa**, apreciação, discussão e votação. O senhor Presidente interveio e disse que o saldo de gerência do Município tinha sido de €48.995.336,27 euros. A exemplo do que tinham vindo a fazer, aquela verba era acrescida também daquilo que eram as variações máximas e mínimas da participação do Município nos impostos, da responsabilidade da Administração Central, aproveitaram para fazer uma redução da rubrica, projetos financiados em €11.852.836,00 euros, consideravam que, apesar de estarem as candidaturas pré-aprovadas, havia sempre um deferimento entre a execução das despesas e o recebimento dos financiamentos. Como prevenção uma vez que o mercado estava muito oscilante, em relação às candidaturas que eram apresentadas pelos concorrentes, em que os valores tinham vindo a disparar e não era possível saber se aquele crescimento se iria manter. Com medida cautelar abateram o valor dos €11 milhões e ficaram €29.692.000 mil euros, para introduzirem no plano plurianual de investimentos e no plano de atividades o aumento de €6.862.000,00 euros. O total global do orçamento depois daquelas correções era €37 milhões e era esse montante que se introduzia no orçamento municipal e que ia até um valor global de €117.642.550,00 euros.-----

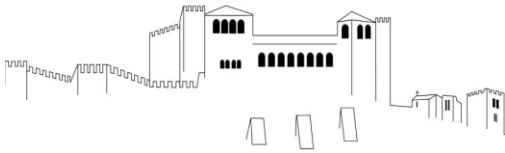
Intervenção do deputado Pereira de Melo – PSD/MPT-----

Transcrição:-----

“IV Modificação ao Orçamento Municipal de 2019 -1.ª Revisão ao Orçamento da Receita - 1.ª Revisão Orçamento da Despesa. Comparando os sucessivos Planos Plurianuais de Investimento (PPI) apresentados pelos executivos presididos pelo Dr. Raul Castro verificamos em todos eles existir uma ausência de um espaço vetorial definidor de objectivos. Os seus sucessivos mandatos podem caracterizar-se do seguinte modo: O primeiro pode, fundamentalmente, resumir-se ao equilíbrio das contas do município à custa de impostos elevados e investimento baixo. Com remédio aplicado, rendimento garantido pelos impostos no valor máximo e despesas de investimento reduzidas o resultado estava assegurado. No segundo mandato, manteve a política de continuar a espremer os munícipes, com impostos no máximo, e prometeu iniciar o investimento apresentando como bandeiras principais a “Mobilidade no Concelho”, e o saneamento. A mobilidade não passou de um projeto cobrindo apenas a área urbana que provocou fortes contestações por parte de munícipes nesta, residentes. Para além de alterações ao



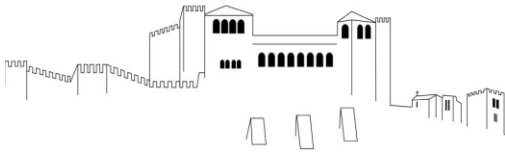
serviço MOBILIS pouco mais se viu. Quanto ao saneamento concluiu, afirmando em grandes cartazes, ter realizado 80% do saneamento do Concelho. Ocorre perguntar que terão feito, neste domínio, os Presidentes de Câmara que o antecederam? Assim verificou-se, durante o segundo mandato, um baixíssimo grau de execução de obras, não passando a maioria delas do projeto ou de adiamentos sucessivos. Os adiamentos foram justificados por fatores externos, por vezes não convincentes, como o “atraso no visto do tribunal de contas”. Este visto só não foi demorado quando se pretendeu adquirir o edifício da Zara/Patriarcado que, ao que parece, (corrija-me Sr. Presidente se não for verdade) com uma deslocação em viatura da CML ao TC para ser concedido imediatamente! Assim a actividade do executivo neste segundo mandato caracterizou-se fundamentalmente por uma sucessão infindável de eventos à moda dos “Companheiros da Alegria” dos anos 50 do século passado. Isto é “muita parra e pouca uva”. Os impostos elevados conjuntamente com uma fraca execução de projetos gerou um saldo que, presentemente, excede 40% do orçamento. Estamos no terceiro mandato e verifica-se que: Um dos grandes projetos que no anterior mandato era muito importante “Mobilidade no Concelho” aparece agora adormecido e reduzido a actos isolados e desarticulados. Assim: Propõe-se a redução de vias em retundas já congestionadas nas horas de ponta (Roldão e Pires); Autorizam-se urbanizações com vias de acesso problemáticas (quinta da Malta); Os parques de estacionamento periféricos gratuitos continuam adiados. A falta destes ocasiona grandes dificuldades para os munícipes residentes fora das áreas urbanas uma vez que os transportes coletivos das zonas rurais para a cidade são escassos e os parques a pagar caros. Está previsto a requalificação do Largo da República (ideia que tinha sido abandonada aquando a discussão do Plano de Mobilidade no anterior mandato). As Avenidas Heróis de Angola, Humberto Delegado, Afonso de Albuquerque e outras continuam em fase de projeto. A circulação de viaturas, em vários pontos da cidade, às horas de ponta e outras, está a tornar-se quase impossível. Este facto contribui para um aumento significativo da poluição a nível urbano. Ainda no domínio da mobilidade de pessoas com deficiência a verba destinada à eliminação de barreiras arquitectónicas é curta. Para não dizerem que apenas criticamos e não apresentamos soluções sugerimos para o problema do trânsito o seguinte: Negociar com a concessionária da Auto-estrada do Oeste (A8) um regime transitório, ou definitivo, especial, que permita às horas de ponta, uma redução, ou eliminação, de portagens, para veículos classe 1, entre: Marinha Grande e Leiria (portagem Leiria Sul (€0.40); Alto do Vieiro e Rua de Vale de Lobos (€0.20); rua de Vale de Lobos e Pousos (€0.30). Os equipamentos de cobrança de portagem nestes troços permitem identificar viaturas com ou sem via verde e este troço da A8 não possui praticamente trafego. Portagens mais baixas, ou nulas subsidiadas pela CML, só às horas de ponta, permitiria



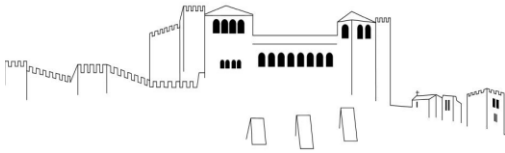
não só aumentar significativamente o tráfego, e logo a rentabilidade destes troços da A8, e assim desanuviar significativamente o tráfego nos seguintes nós: da Roldão e Pires, do McDonald's, da Câmara Municipal, do Hospital e da Marinha Grande. Voltando à análise do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para 2019 verifica-se que: No domínio do desenvolvimento industrial os Parques Industriais, que tanta falta fazem ao Concelho, a situação continua praticamente na estaca zero. Tirando o Parque de Monte Redondo os outros nem sequer são referenciados; Continua esquecida a Praia do Pedrógão, que nem sequer é referida nos objectivos estratégicos; A melhoria do Centro Histórico e zonas envolventes não têm projectos concretos para 2019 e os que vêm de trás continuam adiados para 2020 e seguintes; O saneamento continua atrasado em muitas povoações e não há medidas concretas para a despoluição do rio Lis; No domínio da cultura o Museu da Indústria continua adiado; A rede viária continua com muito poucas verbas, atendendo à degradação em que se encontra; O mercado do Falcão vê as suas verbas reduzidas; O grande Parque da Cidade é ignorado. Em geral, gasta-se muito dinheiro em despesa corrente, como festas e eventos e aplica-se muito pouco em investimentos fundamentais para o concelho. Perante o acima exposto verifica-se que a distribuição do saldo apurado, que transita para as diferentes atividades, proposta pelo executivo, foi feita com base em critérios, se é que existiram, que não são apresentados nos documentos presentes ou passados. Deste modo não nos é possível avaliar do seu valor, e como não podemos deixar de votar, iremos nos abster.”-----

Intervenção da deputada Joana Cartaxo – PCP -----

Cumprimentou os presentes. Disse que relativamente ao ponto número 8 era para eles uma revisão orçamental que não devia haver muitas por este mundo fora. Começavam pela dimensão dos valores em causa, de tal forma elevados que o montante previsto para investimento praticamente duplicava, estavam a falar de €26.000.836,00 euros iniciais para o valor de €52.000.186,00 euros. Era tudo por causa de um saldo colossal que só se tinha acumulado naquela dimensão ano após ano, embora tivessem ido ali várias vezes aquela crítica e denúncia por três razões. A primeira razão e a principal era a incapacidade que a gestão do PS tinha de concretizar efetivamente aquilo que inscrevia nos planos. A segunda razão, estava na disparatada ideologia de excelência de gestão financeira, que tinha colocado no estado de degradação geral, infraestruturas e equipamentos municipais por um lado e por outro tinham os serviços com falta de recursos humanos, nalguns casos, como os equipamentos culturais, numa situação crítica. Para financiar projetos faraónicos e desnecessários com características, como o pavilhão multiusos agora Centro de Atividades Municipais e as obras da Avenida Heróis de Angola e a sua envolvente. Era invulgar diminuir em 93%, passara de €12.753.000,00 para €900.000,00 euros, as receitas do FEDER, quanto nenhum projeto



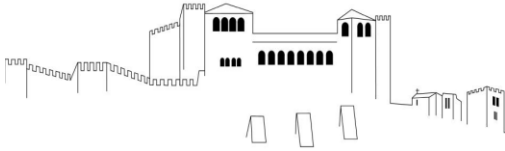
anunciado, como tendo financiamento e assim constava no orçamento e das grandes opções do plano para 2019 tinha sido anulado, ou verbas reduzidas. Existiam vários casos em que as verbas para 2019 eram reforçadas a título, de exemplo, o Centro Escolar dos Marrazes com mais €650 mil euros, o acesso mecânico ao Castelo com mais €155 mil euros, a Avenida Heróis de Angola, envolvente com mais €1.300 mil euros, assim, tinham um reforço de mais de €3 milhões de euros em projetos financiados ou a financiar. Se dali resultar uma receita do FEDER em 2019 de 40% por cento do valor do investimento, então a proposta devia ter sido para reforçar a receita do FEDER, em €1.200 mil euros e não para reduzir em quase €11 milhões de euros. Ou tudo aquilo era uma incoerência confrangedora e estavam a ser enganados, o que não aceitavam, ou esta redução quase total da receita do FEDER era realista, prova involuntária de que mais uma vez a Câmara não fazia obra a que se propunha. A falta de nota explicativa a uma modificação daquela grandeza obrigava a explicar-se o quê, o porquê, como e quando é que as coisas iam acontecer, por exemplo quando se reforçava em €1.200 mil euros ou seja, cento e duas vezes mais, a aquisição de património, do que é que se falava. Alguns elementos que pelo reforço das verbas previstas, denotava uma resposta, por enquanto formal, às denúncias e críticas que tinham vindo a fazer, através do PCP, era o caso do Parque Industrial de Monte Redondo, o Centro Escolar e a requalificação das zonas urbanas, mas só com mais €323 mil euros, quando as necessidades eram de milhões. A construção de passeios diversos com mais €605 mil euros, requalificação do Polis com €640 mil euros, ali a mostrar com toda a evidência, como era prejudicial a poupança, na manutenção regular. Aqueles aspetos positivos estavam longe de definir o sentido geral daquela revisão e muito menos, começarem a responder seriamente às necessidades. Com tantos milhões acumulados, poder-se-iam reforçar os transportes urbanos de passageiros, aumentar os apoios ao movimento associativo popular, ao reforçar as verbas para as Associações Desportivas Recreativas e Culturais que faziam tantos sacrifícios, para levar a bom porto, a sua intervenção de grande mérito cívico. Deu como exemplo o grupo de Teatro Leirena, que para quem não sabia tentava sobreviver nas galerias Alcrima, tão degradadas e em risco de utilização por parte dos alunos. Também podiam apoiar condignamente projetos culturais, ainda que de natureza não associativa. Tínhamos artistas de várias escolas de dança, teatro, música, grupos musicais, que faziam um trabalho meritório e de interesse público e que podiam ter projetos apoiados financeiramente, bastava vontade e decisão. Era inconcebível que os apoios às atividades culturais por todo o ano de 2019, ficassem pelos €260 mil euros, enquanto a Feira de Maio ia custar €778 mil euros, o Festival da Sardinha €135 mil euros e as festas de Natal e Fim de Ano, €809 mil euros. Podiam-se recomeçar os projetos de requalificação urbana da Maceira, Monte Real e da parte histórica de Cortes e a



Urbanização das Freguesias de Marrazes. Aquelas não eram opções deles ali naquele ponto e às razões do projeto político juntavam-se problemas de aritmética e fiabilidade de informação, e como a prática demonstrava, este não era um orçamento e umas grandes opções do plano, para serem cumpridos, nem de perto nem de longe, a nota do PCP era negativa.-----

Intervenção da senhora deputada Telma Curado – PS -----

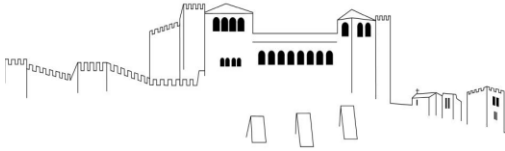
Começou a intervenção e disse que acerca das revisões ao orçamento Municipal para 2019, salientava aquilo que aquela modificação tinha mais relevante, o investimento. Em primeiro lugar, começou por salientar a totalidade do investimento que ia ser realizado no próximo triénio e que ascendia a cerca de €95 milhões de euros, dos quais €28 milhões de euros iam ser investidos em 2019. Mais de €12 milhões de euros iam ser aplicados na melhoria e qualificação das infraestruturas viárias. A intensão era tornar a cidade as Freguesias, todo o Concelho com melhor circulação e aproximá-las aos centros de decisão locais e regionais. Queriam um município mais próximo de tudo e de todos. Por questões de proximidade iam investir cerca de €3 milhões de euros no apoio às Juntas de Freguesia, valor que nunca tinha sido tão elevado, porque apostavam no diálogo e apoio a quem estava mais próximo da populações e das suas necessidades reais e efetivas. Iam ser investidos mais de €2,4 milhões de euros em vários edifícios, na recuperação da antiga Adega das Cortes, requalificação do Largo do Paço na Caranguejeira e na aquisição do parque público da Bajouca. Em serviços do Município iam ser investidos mais de €1,9 milhões de euros, €500 mil euros no canil, na adaptação do edifício da Nova Leiria, na Capela do Cemitério, em dois mercados, no grossista e na instalação do mercado transitório, na requalificação do edifício dos Paços de Concelho, que achavam que denotava uma efetiva preocupação com as condições de trabalho dos trabalhadores do Município e com questões ambientais e eficiência energética dos mesmos. As condições das forças de segurança pública e as suas instalações eram uma preocupação para eles e contavam com o apoio do MAI para financiar os postos da GNR de Monte Redondo e de Monte Real no valor de investimento que ascendia €1,6 milhões de euros. No Desporto iam ser investidos mais de €2 milhões de euros, na Educação, €2 milhões de euros, no Ambiente €1,2 milhões de euros e em termos plurianuais mais de €7 milhões de euros em áreas industriais. Na Cultura €5 milhões de euros, €3,5 milhões de euros na Saúde. Cinco novos Centros de Saúde que estavam previstos, e recentemente tinham aceitado a delegação de competências e já estavam a agir. Iam realizar investimentos emblemáticos, alguns polémicos, seguramente, mas tinham que ser disruptivos e arriscar, um bom exemplo daquilo era a cobertura da Avenida Heróis de Angola, que tinha como objetivo criar uma rua de comércio à semelhança das que existiam muitas outras em cidades do mundo. Paris, Milão e Bruxelas, locais onde eram



oferecidas uma infinidade de lojas e uma experiência para desfrutar da cidade maioritariamente a pé, ao abrigo da chuva e que serviria como polo dinamizador do comércio da baixa da cidade. A reabilitação do Mercado Municipal, que ia entrar em execução, em prol da dinamização e da defesa dos pequenos produtores agrícolas, da região e dos próprios consumidores. A construção do Centro de Atividades e a qualificação do topo Norte, projetos diferentes e arrojados. Naqueles investimentos, estavam €38 milhões de euros. Em suma gostava de salientar, que iam investir €95 milhões de euros, dos quais €49 milhões de euros já tinham disponíveis. Todos os investimentos que estavam previstos iam ser realizados na íntegra, com recurso a autofinanciamento, isso era inédito e meritório, eram autónomos e não iam contrair dívida para fazer obra na região. Conferia-lhe uma amplitude de movimentos e uma liberdade de ação que poucos Municípios se podiam orgulhar. Não era por haver dinheiro que ele não era bem gerido era exatamente o contrário havia dinheiro, porque ele era bem gerido. Assim não se prendiam em questões contabilísticas e olhavam para o futuro sem medos. Relembrou que o saldo de gerência não era lucro e que estava a ser introduzido na economia regional desde o dia 1 de janeiro, em proveito único da cidade e dos cidadãos, sem recorrer a mais dívida bancária. Foi mencionado, que do total de saldo de gerência tinham sido integrados, mais de quase €7,5 milhões de euros, em despesa corrente, a despesa do ano anterior e a corrente do ano seguinte e a que ia ser integrada em despesa de capital, €30 milhões de euros, em novo investimento. O restante estava disponível para executar em 2019 ou quando fosse oportuno. Era necessário perceber, que não era possível ter uma cidade completamente em obras, que impedisse que os munícipes desfrutassem da mesma, com ruas impedidas e sentidos cortados. Se houvesse maior celeridade nos procedimentos de contratação pública e nos vistos do Tribunal de Contas, mais investimento poderia existir, pois existem procedimentos que chegavam a demorar dois anos, além das impugnações que atrasavam a realização das obras, razões alheias ao Município. O dinheiro existia, mas estava comprometido era como se estivesse gasto. Oportunamente iriam ser gastos em benefício dos munícipes.-----

Intervenção do deputado Manuel Azenha – BE-----

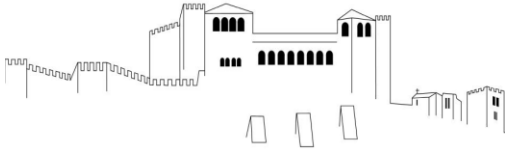
Cumprimentou os presentes. Disse que não iria falar sobre o investimento do orçamento plurianual ou sobre a despesa, pois já o tinha feito. A deputada Telma Curado tinha apresentado as razões que apresentou nesse dia, o PSD também já se tinha referido às obras. Na anterior intervenção disse que a falha na comunicação que achava que existia entre o Executivo Camarário e a Assembleia Municipal e a forma como eram apresentados os valores para ali serem votados. Deu quatro exemplos concretos. Na rubrica, aquisição de serviços, locação de outros bens, €550 mil euros. Era chamado a



aprovar e executar aquela revisão, mas não sabia que bens eram aqueles, outros trabalhos especializados, €2.150 mil euros, que trabalhos eram aqueles. Investimentos - outros €2.375 mil euros, €3.441 mil euros em construções diversas, também não sabia o que era aquilo, por isso, não podia votar em consciência favoravelmente, uma revisão orçamental, em que lhe diziam que ia haver um aumento da despesa de €6 milhões de euros. Sabia que lhe iam dizer que eram regras contabilísticas a que a Câmara tinha que obedecer escrupulosamente ao que lhe era exigido. Deviam existir reuniões, com os líderes dos grupos políticos, onde se pudesse atempadamente colocar todas as questões consideradas necessárias, no sentido de naquela Assembleia discutissem e debatessem o orçamento e as suas revisões de forma mais informada.-----

Intervenção do deputado Paulo Pedro – PS -----

Cumprimentou os presentes. Começou e disse que ia apresentar cinco características daquele executivo que entendia que justificavam aquela gestão autárquica dos últimos anos. A execução orçamental da receita, em termos médios dos últimos cinco anos foi de 100,64 por cento, a da despesa média dos últimos cinco anos foi de 73,28 por cento. Houve uma poupança significativa entre a receita corrente e a despesa corrente na ordem dos 40 por cento, bem como uma diminuição muito significativa da dívida que tinha sido acumulada. Houve uma diminuição para prazos extremamente reduzidos, dos prazos de pagamento. Eram aqueles os cinco critérios importantes para classificar a gestão autárquica daquele executivo. Esteve naquela Assembleia cerca de 20 anos na oposição, e sempre que se discutiam planos, orçamentos, relatórios e contas, era muito fácil criticar aquele tipo de planos. Eram planos e orçamentos, onde cabiam todas as promessas, mas a execução raramente passava dos 50 por cento, o que contrastava com o que acontecia hoje. Ouviram-se ali opiniões com alguma validade, mas outras também muito fora de contexto. Parecia que existiam pessoas, que não viveram nas últimas décadas naquele Concelho e não acompanharam a vida do mesmo. Recordou que tinham planos e orçamentos com valores mais elevados que os de hoje, em que não havia execução nenhuma, tanto na receita como na despesa, e era muito válido termos uma execução orçamental superior a 100 por cento durante os últimos anos. Na receita e na despesa uma média de 73 por cento, também lhe parecia muito bem. Foram feitas algumas mais-valias às principais rubricas, que foram dotadas daquela revisão orçamental, nomeadamente as transferências para as Freguesias. Passar de mil para um milhão de euros com aquela revisão, era importante para as Freguesias que lhe dariam bom uso. A requalificação do percurso do Polis que tinha previsto €1000 euros passou para €641 mil euros. Ao contrário do que tinha sido ali dito a valorização da Praia do Pedrógão estava incluída no orçamento e passava de €100 mil euros que estavam inscritos inicialmente, para €467 mil euros. O parque empresarial de Monte Redondo,



com €370 mil euros passou para €970 mil euros, sabiam que era insuficiente, mas ainda estavam em situação de expropriações, pediu ao Presidente que fosse bastante rígido com aquela questão, devido a abusos por parte de um proprietário em tempos. As verbas não seriam suficientes, mas chegavam para as expropriações e projetos que tinham que ser feitos.-----

Intervenção do deputado Renato Cruz – PS -----

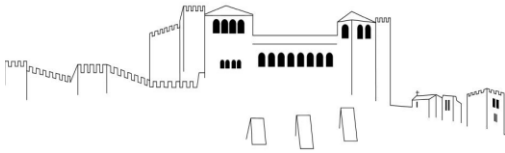
Cumprimentou os presentes. A primeira questão ao contrário do que se tinha falado, havia ali um investimento não só na cidade, mas em todo o Concelho, que tinha que ser destacado, principalmente em que estavam a falar da revisão do orçamento, no primeiro ano em que o Município tinha o IMI na taxa mínima. Salientou que os €900 mil euros eram distribuídos de forma igual pelas dezoito Freguesias. Não só na cidade mas por todo o Concelho, existiam uma série de investimentos ao nível da Educação, um reforço de €4 milhões de euros para a manutenção das vias, a construção do Auditório dos Pousos, com verba atribuída, as Salinas da Junqueira que tinha uma verba para a execução de uma obra digna. A requalificação do Polis, o Pavilhão Desportivo das Cortes, uma obra muito aguardada. O apoio ao associativismo, nomeadamente ao desportivo, foi reforçado nas duas rubricas entre as infraestruturas e a atividade corrente no montante de €900 mil euros, um aumento substancial face ao orçamento de 2018. Assim achava, que era meritório o trabalho que o executivo tinha feito, na distribuição do saldo de gerência.-----

Intervenção do deputado João Cunha – PSD/MPT-----

Começou e disse que tinha estado com atenção às intervenções que tinham sido ali feitas pela bancada do Partido Socialista e ficou comovido e sensibilizado. A senhora deputada Telma Curado tinha feito ali um anúncio de um mundo cor-de-rosa, que os fazia pensar que existia naquele orçamento uma lacuna, faltava prever a rotunda com a estátua do senhor Presidente da Câmara, para o Vereador Gonçalo Lopes inaugurar depois de 2020. Uma coisa era cobrar impostos, outra coisa era orçamentar e outra coisa era concretizar. Continuou e disse que aquele orçamento era um orçamento de ficção, com obras que só estavam no imaginário do executivo. Os munícipes iriam aguardar solenemente por essas obras.-----

Intervenção de Micael de Sousa – PS-----

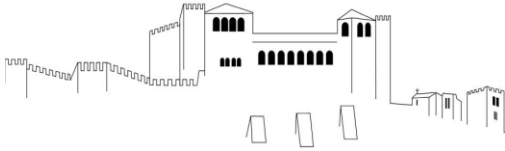
Cumprimentou os presentes. Começou e disse que apesar de aquele ponto não ser especificamente sobre planeamento urbano, estavam perante atos de planeamento urbano e hoje em dia segundo as boas práticas e segundo o que era a tendência internacional e que tinha provas dadas, o planeamento urbano já não era um mero ato feito racionalmente nos gabinetes por técnicos apenas, o planeamento urbano devia



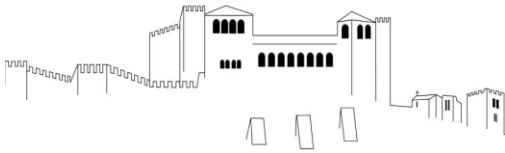
tender para o planeamento colaborativo. Este planeamento, devia envolver todos os visados, todas as pessoas que eram afetadas por aquelas áreas, que tinham interesses, fossem de natureza cívica, porque viviam nos locais. Devia-se incluir todas essas pessoas nos planos, estávamos a ver naquela área vários pontos e intenções de investimento, sugeria que se discutissem aquelas opções, já que os projetos ainda não estavam fechados, pelo grande impacto que iriam ter do ponto de vista orçamental, de todo o sistema urbano e da sua relação com a parte rural. Devia ser debatido pois, aqueles processos que eram materiais e imateriais, só teriam sucesso, se as populações os aceitassem como seus e contribuíssem para a sua positiva concretização. Ainda havia tempo para encetar, pelo menos naquela parte final de definição do que eram os elementos de projeto, um processo colaborativo, em que as pessoas pudessem participar e que existisse o devido apoio técnico, para fundamentar as decisões que eram feitas.-----

Intervenção do senhor Presidente da Câmara-----

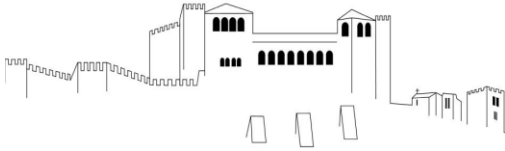
Começou por responder ao senhor deputado Pereira de Melo e disse que como ele achava que tudo aquilo era tão mau, que o senhor presidente se sentia atrapalhado. Lembrou-o das três eleições sucessivas sempre reforçadas, perguntou-lhe porque tinha optado por vir viver para Leiria definitivamente. Muitas as situações que tinha evidenciado não faziam qualquer sentido e queria-lhe dizer que era a forma de gestão que tinham concebido, que queriam concretizar e os resultados estavam à vista, fosse nos rankings, na qualidade de vida das pessoas naquilo que era a perceção do dos Leirienses, sentiam que continuavam esse apoio. Informou-o que tinham atingido a taxa de cobertura de 80 por cento e estavam a chegar aos 90 por cento agora com as obras em curso. Continuou e disse que eram milhões gastos em saneamento, em reabilitações de estradas do Concelho, em centros educativos, em centros de saúde. Era investimento puro e quando avançavam com aquele tipo de propostas eram os primeiros interessados, em executá-las. A proposta estava feita, tinham ouvido os presidentes de junta, outras pessoas que tinham uma opinião crítica, um conjunto de personalidades e que havia finalmente condições para a poder realizar. Continuou e disse que o primeiro mandato tinha sido difícil pois, não havia dinheiro, a seguir rebenta a crise, que durou o segundo mandato e naquele momento estavam a tentar respirar. A entrada em vigência da Lei dos compromissos provocou aquela situação, porque essa Lei, tinha sido para o senhor Presidente uma das melhores medidas tomadas ao nível do poder local, que tinha impedido a acumulação de dívidas, mas eles cumpriram estavam a reduzir a dívida, reduziram o espaço de pagamento, não existia nenhuma empresa daquele Concelho que tivesse um prazo médio de pagamento que a Câmara tinha. Era a consequência da gestão que estavam a fazer. Queria que houvesse um espírito crítico, mas sustentado.



Existiam ali assuntos, que decorriam de propostas levantadas naquela Assembleia e estavam ali contemplados. A preocupação era o Concelho, que fosse reconhecido. Tinham cada vez mais empresas, mais pessoas a viver em Leiria, a periferia também ganhava com essa situação porque as pessoas tinham que instalar-se. Salientou então, que tinham um problema que o preocupava e que não era da responsabilidade do Município, que era a demografia. Não havia gente para trabalhar nas empresas, para substituir os trabalhadores que iam para a reforma, para apoiar a capacidade de produção e nem havia gente para as novas empresas. O Município que não queria ficar indiferente idealizou uma solução. Já tinham proposto a quem de direito, que tinham abertura para receber trezentos emigrantes, pois era por aí a solução. Estavam a abrir novos mercados, os acordos de geminação, estavam a pensar, desde que o Governo reunisse as condições, a ideia passaria por ter um representante no Ministério dos Estrangeiros, para credibilizar a proposta junto das embaixadas, do MAI, da Educação pois queria que viessem com a família para se radicarem cá, para não acontecer o que tinha acontecido com a última vaga de emigrantes ucranianos, que tinham estado em Portugal e assim que puderam foram para a Alemanha e França. Tinham que ter alguém da Saúde para integrá-los no nosso sistema, se não fosse feito daqui a alguns anos não iam existir pessoas para trabalhar. Estavam projeto estava em andamento, tinham tido abordagens com empresas, que iam beneficiar também o próprio Instituto Politécnico, uma delas queria formar uma academia dentro do Politécnico, financiavam uma turma de vinte e cinco alunos para um curso intermédio antes da licenciatura, a quem iam pagar uma bolsa de €450 euros, ofereciam um computador e pagavam as propinas. Outra turma de quinze alunos, para fazer mestrado, com um financiamento de €750 euros, computador e propinas. Aquilo era conhecimento, que eles pretendiam que ficasse cá. Duas empresas que queriam instalar-se Leiria e que precisavam de cem informáticos cada. Não valia a pena investir nas escolas, que tinham cada vez menos alunos, recuperar estradas que não iam ser usadas, centros de saúde, porque íamos ter no futuro um sério problema de demografia. O Concelho apresentava vantagens nomeadamente, a sua localização geográfica, o que levava muitas empresas a quererem instalar-se. Estavam a tentar que fosse dada a utilidade pública, das parcelas que compunham o Parque Industrial de Monte Redondo, para poderem instalar algumas empresas que tinham manifestado esse interesse. Queriam ter um parque virado para o futuro, não era só pôr água, saneamento mas a também a fibra ótica, rede de gás, terem a capacidade de ter energia suficiente, para poder alimentar o parque. As empresas que se instalarem lá irão criar mais postos de trabalho, por isso devíamos ser capazes de responder aos desafios deles, eram empresas de grande qualidade e tínhamos que ter as pessoas, mas não dependia só do Município. Com a Moldávia existia



um acordo verbal para trazer pessoas, que tinham que já estar preparadas, as entidades que iam filtrar aqueles emigrantes através de inquérito que o IPL estava a preparar, para ser distribuído por todas as empresas, aferir as suas carências, tipificar os empregos, as características e quanto é que iam pagar. Queriam prevenir as vagas de clandestinos oriundos do Nepal e Vietname, que vinham para a zona Oeste e Alentejo para a apanha da fruta, ficavam durante o verão e depois iam embora. A maior preocupação era preparar o futuro do Concelho com sustentabilidade, eram todos responsáveis. Existiam críticas de que não estavam bem esclarecidos e deu o exemplo da deputada Telma Curado, que pedia informações à Câmara quando não entendia algum assunto. A deputada Joana Cartaxo vinha dizer que estava tudo mal, pois punha em causa tudo o que o executivo estava a fazer, estavam a trabalhar para todos e não para minorias. Ao deputado Manuel Azenha disse que tinham que cumprir as regras do Pocal, e seria dado por escrito a resposta às questões dele. Continuou e disse que tinham uma súmula do que ia acontecer, os investimentos na Freguesias, não estavam a falar da despesa corrente, o montante que estava ali em causa no final aparecia associado ao que tinha sido aprovado no ano anterior, o valor que estava a ser investido na Freguesia da Bajouca era muito superior, saneamento, repavimentação da estrada, dos passeios. As Freguesias Monte Redondo e Carreira, o que estava em causa, eram seis milhões que tinham que investir no parque industrial. Na União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes o investimento era de catorze milhões, obras que não eram só da Freguesia do Concelho nomeadamente a intervenção na Avenida Heróis de Angola, no Mercado Municipal, Centro de Atividades Municipais, que achava que eram indispensáveis. Leiria devia ser a única Capital de Distrito no país que não tinha uma estrutura que permitisse acolher quatro valências, Desporto de alta competição, Espetáculos, Feiras temáticas e congressos. Deviam conseguir rentabilizar aquele espaço, para não se transformar num elefante branco. No total iriam ter um investimento de €8 milhões de euros, repartido pelo triénio e significava que tinham dinheiro para fazer as obras, sem contrair dívidas. Existiam coisas que se tinham alterado e deu o exemplo da Loja do Cidadão, um ano à espera do visto do Tribunal de Contas depois de um concorrente ter impugnado o concurso, por causa de uma assinatura digital. O abandono de uma obra emblemática, o Centro Educativo dos Marrazes, que estava em tribunal, não sabia quanto tempo é que ia demorar a resolver essa situação. Tinham que estar preparados para o pagamento da obra já efetuada e preparados para o lançamento de um novo concurso, em função da decisão do tribunal, cativando a verba para essa situação. Em relação ao Tribunal de Contas, referiu a morosidade em obter as autorizações, o que atrasava a execução de muitas obras e que tem sido defendido por todos os autarcas, uma maior flexibilidade, sem prejuízo da



fiscalização, por parte do Tribunal de Contas em relação a estas questões.-----

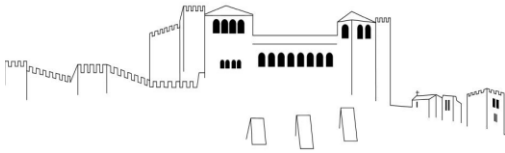
O senhor Presidente da Assembleia continuou e colocou à votação o ponto que foi aprovado por maioria com um voto contra do PC, e onze abstenções do BE, PSD, CDS, PAN.-----

O senhor Presidente continuou para o ponto **9. Abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares de 1.º grau** – Apreciação, discussão e votação. O senhor Presidente da Câmara explicou, que era um concurso para Diretor de Departamento que devido a mudanças na estrutura, existiam dois lugares para preencher, levavam a composição do júri para decisão da Assembleia Municipal.-----

-Intervenção do deputado João Cunha – PSD/MPT-----

Começou e disse que em relação àquele ponto bem como o ponto 11, suscitou-lhe uma interrogação. Olhava para aquele júri e confessou que eram júris muito caseiros levou-o a considerar qual a filosofia que estava subjacente àquelas escolhas. Não era o facto de estar muitas vezes o diretor municipal, mas também um deputado municipal ali presente. Existiam algumas questões, que lhe pareciam que deviam ser salvaguardadas, não punha em causa a idoneidade das pessoas nem a competência técnica nem o que representavam em termos da estrutura do Município. Quando estavam a falar de júris para aqueles cargos de direção intermédia de 1º grau, devia haver algum cuidado na escolha do júri, de forma a torná-lo o mais isento possível, não estava a dizer não fossem, mas deviam acautelar essa situação.-----

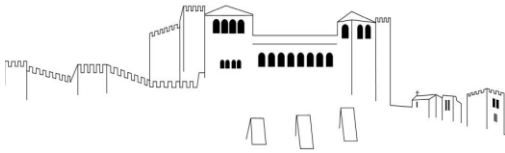
O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que, o deputado Ricardo Gomes, tinha saído antes do início da discussão daquele ponto, mas o deputado já estava habituado a algumas injustiças em relação à sua pessoa. Deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente disse que era normal pedir ao Instituto Politécnico, para determinadas categorias designar um professor para presidir ao júri. Pediam também a Câmaras vizinhas uma pessoa com a mesma categoria ou superior ao lugar que estava a concurso. Não era fácil arranjar um diretor municipal, conseguiram o engenheiro Abel Moutinho, do Município de Pombal. Em relação aos SMAS a situação era idêntica. O senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação e foi aprovado por maioria, com uma abstenção do PSD. Continuou e disse, que o ponto número 10 tinha sido retirado. Ponto número **11. Procedimento concursal de recrutamento e seleção para cargo de direção intermédia de 1.º grau** - Apreciação, discussão e votação. O ponto foi aprovado por maioria com uma abstenção do PSD. Continuou para o ponto número **12. Espaços Culturais**. Este ponto tinha vários sob pontos e achava que deviam ser discutidos primeiro se os deputados concordassem, e votados no fim. Colocou à votação e foi aprovado por unanimidade o ponto número 12 na sua totalidade.



Ponto 13. Ciclo de Conversas – Diálogos com a Música, no Moinho do Papel – Candidatura Rede Cidades Criativas UNESCO - Apreciação, discussão e votação. O senhor Presidente da Câmara disse que era um projeto que estava a ser desenvolvido no Moinho do Papel, em que todos os meses havia convidados participarem num ciclo que tinha em vista sustentar a candidatura à rede de cidades criativas da UNESCO. Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. **Ponto número 14. Proposta de criação do Conselho Municipal de Desporto de Leiria** - Apreciação, discussão e votação.-----

Intervenção do vereador Carlos Palheira -----

Cumprimentou os presentes. Começou e disse que o desporto e o associativismo desportivo tinham um papel fulcral na sociedade e contribuían de forma indelével para o seu desenvolvimento. Era importante conhecer os anseios, aspirações, prioridades e preferências dos Clubes e Associações e praticantes para a definição dos objetivos estratégicos, que facilitassem a criação de melhores condições para a prática das modalidades desportivas. Leiria tinha no seu Concelho, oitenta associações e clubes desportivos com prática desportiva federada. Praticavam trinta e cinco modalidades diferentes, com um universo de três mil e duzentos atletas federados. Tinha também a instalação de dez associações desportivas, que tinham ali a sua sede. Com a criação do Conselho Municipal de Desporto Leiria, pretendia-se alcançar uma estreita cooperação entre a Câmara Municipal e as entidades desportivas, num processo de reflexão e estratégias sobre o setor desportivo do Concelho de Leiria e o desenvolvimento das suas diversas manifestações, que pudesse traduzir-se num maior e verdadeiro envolvimento de todos os seus intervenientes e na anuência das propostas debatidas. O Conselho Municipal de Desporto de Leiria era um organismo de caráter iminentemente consultivo, que representava de forma estruturada, a opinião da população organizada, capaz de formular, não só aspetos críticos, mas também sugerir propostas de atuação. Faziam parte daquele organismo os representantes das Autarquias Locais, do movimento associativo desportivo, do sistema local de educação, das associações de deficientes, das forças de segurança e indivíduos convidados de reconhecida competência. Àquele vasto conjunto participantes que estruturou Conselho Municipal de Desporto Leiria, a Câmara Municipal de Leiria apresentará periodicamente os seus pontos de vista, quanto aos processos que deve orientar a difusão das práticas físico e desportivas entre a população. O objetivo seria de recolher sugestões, opiniões e propostas, resultantes quer da experiência que cada entidade que possui, mas também do debate que entre elas se possa estabelecer. Pretendia-se que aquele Conselho Municipal de Desporto de Leiria fosse um órgão de participação aberto a todos os envolvidos no fenómeno desportivo. Pretendia-se igualmente criar condições, para que aquela estrutura interviesse na avaliação dos resultados, dificuldades e obstáculos de ação, naquele setor do Município,



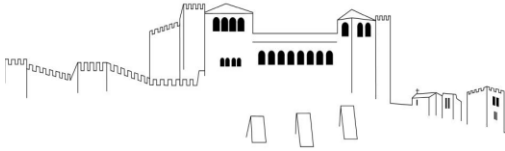
e criasse momentos de análise crítica, transmissão de opiniões e elaboração de propostas. Havia uma alteração a efetuar no documento. Uma imprecisão, aquando da aprovação por unanimidade na reunião de Câmara do dia 22 de janeiro de 2019, relativa à proposta de regulamento interno do Conselho Municipal de Desporto Leiria. No capítulo II no artigo 5º alínea b), que era o artigo referente à composição daquele órgão, quanto aos membros e à participação naquela Assembleia nesse Conselho Municipal de Desporto Leiria, foi deliberado por unanimidade, que dois elementos teriam assento naquele Conselho por nomeação da Assembleia Municipal. Aquela alteração, não foi contudo, refletida na versão final, colocada à disposição dos deputados, devendo aquele ponto e de acordo com o aprovado na reunião ter a seguinte leitura na sua alínea b), dois representantes nomeados pela Assembleia Municipal de Leiria.-----

O senhor Presidente da Assembleia continuou e disse que tinha uma proposta de uma pequena alteração, que tinha sido feita pelo senhor deputado Renato Cruz, por forma a agilizar o processo. Na alínea h) onde dizia que o diretor de cada estabelecimento de ensino do Concelho de Leiria o seu representante, teria chegado à conclusão o deputado Renato Cruz de que aquilo tinha uma dimensão que não se coadunava com uma comissão daquelas. Fez a proposta, de passar para dois representantes de estabelecimentos de ensino do Concelho de Leiria, em vez de o diretor de cada estabelecimento. Também, em relação aos dois representantes nomeados pela Assembleia Municipal de Leiria essa nomeação não podia ser feita naquele dia tinha que ser feita com proposta própria para o efeito pois tinha que envolver uma votação secreta em urna e não ali de braço no ar porque dizia respeito a pessoas. Assim seria feita na sessão seguinte da Assembleia. O senhor vereador do desporto concordou com a redacção proposta. Como tinha que ser votada a proposta o vereador teve que dar a redacção final naquele momento, que em vez de ser um diretor de cada estabelecimento de ensino, seriam dois representantes dos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo e escolas secundárias. Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. Ponto número

15. Apoio à Freguesia de Caranguejeira para a manutenção do relvado do Campo da Mata - Apreciação, discussão e votação. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade. -----

16. Apoio às Freguesias – Cemitérios - Apreciação, discussão e votação. O senhor Presidente da Câmara disse que foi criada uma regra para os apoios aos Cemitérios, de forma a todos receberem o mesmo valor. O senhor Presidente da Assembleia continuou e colocou o ponto a votação que foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto número, **17. Contratos de comodato a celebrar entre o Município de Leiria e as Freguesias do Concelho de Leiria** - Apreciação, discussão e votação. O senhor Presidente da Câmara explicou que tinha que ver com as escolas e jardins-de-infância,



que estavam desocupadas, existindo a necessidade de lhes dar utilidade por forma a garantir a sua manutenção, celebraram-se estes contratos pelo período de um ano, revalidados automaticamente se não fossem denunciados trinta dias antes, se existisse a utilização de alguns desses edifícios, devido a um aumento de crianças nessa área. Foram consultados os senhores presidentes de juntas, no sentido de assumirem a ligação com as entidades ou associações, que utilizavam aqueles espaços, para fins de interesse público.-----

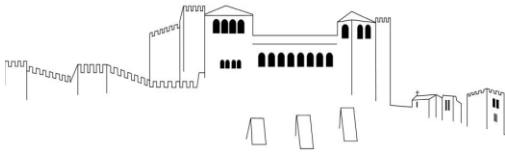
Intervenção de Mário Rodrigues, presidente da União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista-----

Transcrição -----

“Mário Rodrigues, presidente da União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista. Sr. Presidente da Mesa, na sua pessoa cumprimenta todos os presentes e também todos os que estão a ver-nos pela internet. As Associações, de vária índole: culturais, desportivas, sociais e outras, debatem-se por condições condignas para a instalação das suas sedes e para o desenvolvimento das suas actividades. Facto pelo qual se saúda a disponibilização das instalações escolares, que se encontram desactivadas, às Freguesias por via dos contratos de comodato. Contudo, na lista de escolas não consta a escola EB1 de Quintas do Sirol, de Santa Eufémia, que se revela de vital importância e extremamente necessária para acolher associações culturais e artísticas, bem como a Associação de Regantes da Ribeira do Sirol, que não possui instalações que lhe permitam desenvolver a importantíssima actividade de regadio de todo o Vale do Sirol. Solicitamos, assim, que a EB1 de Quintas do Sirol, Santa Eufémia, seja incluída na lista de escolas a ceder por contratos de comodato, à União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista. Disse.”---
O senhor Presidente da Assembleia continuou e colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.-----

Continuou para o ponto número **19. Retificação ao Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Leiria** - Apreciação, discussão e votação. O senhor Presidente da Câmara explicou que era uma correção a uma aprovação feita na sessão de 30 de novembro de 2018, onde o formato da medalha circular era de 33 milímetros de diâmetro e 3 milímetros de espessura, concluiu-se que era muito pequeno e decidiram alterar essa medida para, 45 milímetros de diâmetro e 3 milímetros de espessura. O senhor Presidente da Assembleia continuou e colocou à votação o ponto que foi aprovado por maioria com uma abstenção do PCP.-----

O senhor Presidente da Assembleia antes de terminar a sessão solicitou que todas as Deliberações presentes e votadas fossem aprovadas em minuta, se ninguém se opusesse. -----



Informou que a Assembleia seguinte seria no dia, 15 de abril de 2019. Informou a possibilidade da existência de uma Assembleia extraordinária, devido às novas competências. Agradeceu a presença de todos.-----

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01:26 horas.-----

Para constar e devidos efeitos lavrou-se a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Ana Maria Ferreira Paraíso Cardoso, assistente técnica, que elaborei nos termos legais.—

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 28 de junho de 2019, deliberou por maioria, aprovar a ata.-----

O Presidente da Assembleia

António José de Almeida Sequeira

A Assistente Técnica

Ana Maria Ferreira Paraíso Cardoso